

RELATÓRIO FINAL DE TRABALHO

**CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA
JULHO / 1995**

ALEXANDRE DE CARVALHO

COORD.: PROF. ARTHUR BARRIONUEVO F^o

INTRODUÇÃO :

No presente trabalho teremos de início o esclarecimento dos objetivos da pesquisa, em seguida metodologia aplicada e conclusões. Deixo claro que a tabulação das perguntas do questionário e a agregação dos dados, partes que compõem a metodologia, estão sendo mostrados logo após as conclusões. A última secção deste relatório consta de transcrição das entrevistas realizadas.

OBJETIVOS DA PESQUISA :

Verificar a reação dos setores mais representativos da economia brasileira, em relação ao processo de abertura de mercado iniciado no início do Governo Collor, que teve por base diminuição ou eliminação das tarifas aduaneiras e extinção de barreiras não tarifárias, bem como analisar o impacto dessa política de liberalismo econômico nos setores e medir o grau de atuação política das entidades patronais que representam os mesmos.

METODOLOGIA :

Entrevistas pessoais com membros executivos das Associações ou Sindicatos patronais que representam o setor ante o ambiente político e que estão aptos a analisá-lo como um todo. A representatividade econômica dos setores foi medida com a utilização de parâmetros como participação no total da produção nacional, número de funcionários que congrega, total do valor agregado à produção e outros. Abaixo segue a lista das entidades, assim como nome do entrevistado, cargo e setor que representa :

Associação Brasileira da Indústria do Alumínio (Abal)

Dr. Adjarma Azevedo

Diretor e ex-Presidente

Setor : Alumínio

Associação Brasileira de Desenvolvimento das Indústrias de Base

(Abdib)

Dr. Antônio Teóphilo de Andrade Orth

Presidente

Setor : Indústrias de Base

Associação Brasileira da Indústria da Alimentação (Abia)
Dr. Dênis Ribeiro
Assessor Econômico da Diretoria
Setor : Alimentação

Associação Brasileira da Indústria de Artefatos de Borracha
(Abiarb)
Dr. Ademar Araújo Queiroz do Valle
Diretor
Setor : Artefatos de Borracha

Associação Brasileira das Indústrias de Computadores (Abicomp)
Dr. Carlos Rocha
Presidente
Setor : Computadores

Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma)
Dr. Omilton Visconde
Presidente e Conselheiro
Setor : Farmacêutico

Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
(Abimaq)
Dr. Mário Mugnaini
Diretor da Área Internacional
Setor : Máquinas e Equipamentos

Associação Brasileira da Indústria do Móvel (Abimóvel)
Dr. Eduardo dos Santos Lima
Secretário Executivo
Setor : Móveis

Associação Brasileira da Indústria Plástica (Abiplast)
Dr. Merheg Cachum
Presidente
Setor : Plásticos

Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Sindicato Nacional da
Indústria Têxtil (Abit e Snit)
Dr. Luíz Américo Medeiros
Presidente
Setor : Têxtil

Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim)
Dr. Carlos Mariani Bittencourt
Dr. Arthur P. R. Candal
Dr. Guilherme Duque Estrada de Moraes
Presidente e Diretores
Setor : Químico

Associação Brasileira da Indústria de Bebidas (Abrab)
Dr. Fabrizio Fasano
Presidente
Setor : Bebidas Destiladas

Associação Brasileira da Indústria de Embalagens (Abre)
Dr. Alberto Barbagallo
Presidente
Setor : Embalagens

Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose
(Anfpc)
Dr. Mário Higinio N. M. Leonel
Dr. Francisco B. Saliba
Dr. José Carlos B. Rossi
Diretor, Administrador e Secretário Adjunto
Setor : Papel e Celulose

Sindicato da Indústria de Perfumaria e Artigos de Toucador de
São Paulo (Sipatesp)
Dr. João Carlos Basílio da Silva
Presidente
Setor : Perfumaria e Artigos de Toucador

Sindicato Nacional da Indústria de Auto-Peças (Sindipeças)
Dr. Peter Graber
Diretor
Setor : Auto-Peças

Sindicato da Indústria de Calçados do Estado de São Paulo
Dr. Sebastião Burbulham
Presidente
Setor : Calçados

Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos, Vestuário e Armarinho
do Estado de São Paulo

Dr. Jorge Nacle Hamuche

Presidente

Setor : Comércio Varejista de Tecidos em Geral

Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (Snic)

Dr. Francisco F. Sanz Esteban

Presidente

Setor : Cimento

Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

(Anfavea)

Dr. Jaci Mendonça

Ex-Presidente

Setor : Veículos Automotores

Os representantes acima citados responderam o **questionário** que serviu como roteiro para as entrevistas (anexo 1). Neste anexo estão todas as perguntas do questionário, e, ao lado delas , o modo como fora tabuladas, onde procuramos transformar perguntas qualitativas em perguntas quantitativas para realizar as medições necessárias para o cumprimento dos objetivos da pesquisa.

No anexo 2 está a agregação dos dados, ou resultados, onde ao lado das perguntas quantitativas estão as respostas de cada Associação/Sindicato. Ao final da tabela estão os totais por pergunta, de onde partimos para tirar as conclusões.

CONCLUSÕES :

Podemos tirar, pelos resultados alcançados, importantes conclusões sobre reação frente a abertura econômica nos setores, e seu impacto na indústria e grau de articulação política dos setores.

De modo geral não houveram modificações na lista de reivindicações no período que cobre os governos Sarney e Collor, fato que reforça a tese de que a abertura não teve importância suficiente para modificar substancialmente a pauta de reivindicações da indústria ante o governo. Os principais requerimentos envolvem as questões de redução da carga de impostos, extinção da política de controle de preços (Governo Sarney), auxílio por financiamento a longo prazo, melhorias de infra-estrutura e estabilização da economia .

Analisando-se os setores mais impactados, percebe-se desvios na pauta de requerimentos em direção a pontos como proteção (por tarifas e cotas de importação), políticas contra práticas de "dumping" e isenção para importação de insumos e máquinas, além de reforço nas reivindicações sobre alta carga tributária e financiamento a longo prazo.

A Comissão Interministerial de Preços (CIP) foi importante canal de negociação com o governo, utilizada com ênfase por quase todos os setores, mesmo porquê a participação era obrigatória, devido à importância do controle de preços pelo governo.

O Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) foi órgão quase que fictício, pela mínima participação, e ainda sem ênfase , por parte das indústrias, haja vista a real incapacidade do governo em formular políticas industriais eficazes, segundo os entrevistados .

A Comissão de Política Aduaneira (CPA) foi destacado meio de acesso ao governo principalmente por setores que faziam requisições de isenção ou diminuição de alíquotas para a importação de máquinas e insumos.

Participações ocasionais foram verificadas em órgãos como o Ministério da Fazenda e o Ministério da Indústria e Comércio, com relativa ênfase em ambos.

A reforma das tarifas aduaneiras feita em 1989 pelo Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega indicou para boa parte das indústrias que o nível de tarifas praticado no país era incondizente com a realidade mundial, embora tal sinalização de modo algum permitiu antever o modo como seria administrado o processo de abertura pelo governo seguinte. Anteviu-se apenas uma liberalização do comércio externo, existindo quase que um consenso de que não esperava-se o modo como essa política seria implementada.

Somente as Associações/Sindicatos de setores mais articulados politicamente (cerca de 30 %) discutiram e ajudaram a formular o programa de governo do então candidato Fernando Collor, visto que tal participação é tida como de âmbito extritamente político, e que , portanto, está fora dos estatutos das entidades. De qualquer forma essa participação também não possibilitou vislumbrar a administração que seria dada ao processo.

Aproximadamente 55% dos entrevistados disseram não reagir de forma negativa ao programa de abertura, enquanto que 30 % reagiu negativamente, com tentativas de alongar o prazo de redução de alíquotas e imposição de barreiras para importação. Interessante que houve casos de dois setores que mesmo tentando frear o processo de abertura não reagiram de modo negativo, provavelmente por avaliarem como frágil e arriscado suas empresas atuarem sob regime de economia fechada.

Todos os setores, excluindo-se aqui aqueles que são representados por associações criadas recentemente ou aqueles que têm pequena representatividade na economia, participaram das chamadas Câmaras Setoriais, canais de acesso ao Governo reabilitadas pelo Ministro Marcílio Marques Moreira, com reivindicações voltadas principalmente para questões como carga tributária, proteção contra concorrência externa , isenção fiscal para a compra de máquinas, equipamentos e insumos importados e política de financiamento. Apesar de representarem canal de acesso mais promissor pelo conhecimento específico dos setores pelos técnicos do Governo e pelo ambiente mais franco de discussão, as Câmaras Setoriais não trouxeram ganhos concretos para as reivindicações, segundo a maioria dos entrevistados.

A participação nas negociações do Mercosul por representantes dos setores ocorreu maçoçamente, embora nem sempre com a participação de membros das entidades patronais, provavelmente pelo contexto político em que o Governo brasileiro envolveu as discussões, que se deram primordialmente sobre alíquotas, normatização técnica e lista de excessões, em ordem de importância.

Há quase um consenso de que o Presidente Collor, e por extensão toda a sua equipe econômica , foi inflexível , por implementar quase todas as decisões sem atender a apelos de quem quer que fosse, e imediatista , pela rápida velocidade que conduziu o programa de abertura , sem qualquer planejamento e minando o tempo hábil para ajuste nas empresas.

O trabalho junto ao Congresso é frequente para a maioria das associações , porém só aquelas mais politicamente articuladas (caso da Abicomp, da Anfavea, da Abal e da Abimaq, citando exemplos mais representativos), pelo contato constante com blocos de deputados e senadores, consegue obter resultados nas reivindicações ao Legislativo.

Nota-se pequena preocupação do empresariado na articulação de membros do Congresso, seja pelo pequeno resultado nas reivindicações ou seja pelo pequeno orçamento destinado as próprias associações, responsáveis diretas por esse contato.

As Associações / Sindicatos que foram entrevistadas, representam sempre empresas que, no total, respondem por mais de 50 % do faturamento do setor. Têm em boa parte menos de 20 empregados, e cerca de 40 % das entidades pesquisadas possuem escritório em Brasília. As viagens à Brasília são feitas em número de até 5 por mês para 45 % dos entrevistados, ao passo que, para 35 % deles, as viagens são de número entre 5 e 15, em média. O orçamento anual de cada entidade raramente ultrapassa US\$ 1,000,000.00. Todos esses números apontam para a pequena importância reservada para esse tipo de órgão e para as próprias discussões no ambiente político.

Cerca de 40 % dos representantes apontaram "write-off" de ativos, enquanto que para 50 % não houve qualquer espécie de queima nos ativos. Cumpre lembrar que, dentre aqueles que apontaram fechamento de fábricas, por vezes encontramos respostas de que estas se deram pela procura dos empresários em concentrar a produção em unidades fabris mais eficientes. Este fato mostra que a abertura, embora drástica, não foi dramática, salvo excessões da indústria química, de borracha, têxtil, eletro-eletrônica e de computadores, notadamente as que mais foram impactadas com queima de ativos.

A margem de rentabilidade caiu devido as importações para grande parte dos setores (aproximadamente 55 %). Os demais entrevistados também apontaram queda de margem, só que como consequência da recessão econômica do início dos anos 90.

Apesar da queda generalizada da margem, do fechamento de fábricas em alguns setores, das críticas ao processo de condução da abertura e da dificuldade de diálogo com o governo, mais da metade dos entrevistados atribuiu uma nota positiva ao programa. Esse resultado prova que, apesar de todos os problemas, a abertura da economia promoveu uma modernização nos setores e consequente ampliação do mercado. O empresariado prefere sacrificar a margem hoje em troca de um horizonte de viabilidade de longo prazo para a atuação das empresas.

QUESTIONÁRIO	TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS																
<p>1. O GOVERNO E O SETOR PRIVADO</p> <p>1.1. Características da Atuação da Associação/Sindicato:</p> <p>1) Quais as três (3) reivindicações mais relevantes da agenda de seu setor em relação à política industrial e de comércio exterior no Governo Sarney?</p> <p>2) Quais mudanças ocorreram na lista ou na ênfase entre prioridades após a abertura da economia em 1990?</p> <p>3) Cite três (3) exemplos bem sucedidos de defesa de reivindicações de sua Associação/Sindicato durante os Governos Sarney ou Collor</p> <p>4) Qual a importância para a atuação de sua Associação/Sindicato durante o Governo Sarney, de organismos como os extintos Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), Comissão de Política Aduaneira (CPA), Comissão Interministerial de Preços (CIP) e outros?</p> <p>5) Quais as expectativas geradas em seu setor sobre os efeitos da reforma das tarifas aduaneiras em 1988? Sinalizou a possibilidade de um programa de abertura para o seu setor?</p>	<p>I) Engloba questões 1) e 2)</p> <p>a) Houve mudança nas reivindicações após a abertura? () sim () não</p> <p>b) As reivindicações (até 3) são de caráter:</p> <table border="0"> <tr> <td>i) Impostos (ICMS, IPI)</td> <td>vi) Financiamento</td> </tr> <tr> <td>ii) Controle de preços</td> <td>vii) Capital Estrangeiro</td> </tr> <tr> <td>iii) Proteção (tarifa de importação, cotas)</td> <td>viii) Infra-estrutura</td> </tr> <tr> <td>iv) Isenção p/importação de insumos e máquinas</td> <td>ix) Estabilização econômica</td> </tr> <tr> <td>v) Anti-dumping</td> <td>x) Política Industrial</td> </tr> <tr> <td></td> <td>xi) Estruturação do governo</td> </tr> <tr> <td></td> <td>xii) Outros</td> </tr> </table> <p>c) Se a resposta a) é sim, repetir a pergunta b) para antes e depois.</p> <p>II) Resposta à questão 3) Se respondeu, classificar conforme critério em I) - b)</p> <p>III) Resposta à questão 4)</p> <p>a) CIP? () sim ou () não Se sim, há ênfase na participação? () sim ou () não</p> <p>b) CDI? () sim ou () não Se sim, há ênfase na participação? () sim ou () não</p> <p>c) CPA? () sim ou () não Se sim, há ênfase na participação? () sim ou () não</p> <p>d) Min. da Indústria e Comércio (MIC)? () sim ou () não Se sim, há ênfase na participação? () sim ou () não</p> <p>e) Min. da Fazenda (MF)? () sim ou () não Se sim, há ênfase na participação? () sim ou () não</p> <p>IV) Resposta à questão 5)</p> <p>a) Sinalizou abertura? () sim ou () não</p> <p>b) Se sim, a sinalização foi:</p> <table border="0"> <tr> <td>i) direta;</td> <td>ii) geral,</td> </tr> </table> <p>p.ex, havia uma tendência mundial de abertura</p>	i) Impostos (ICMS, IPI)	vi) Financiamento	ii) Controle de preços	vii) Capital Estrangeiro	iii) Proteção (tarifa de importação, cotas)	viii) Infra-estrutura	iv) Isenção p/importação de insumos e máquinas	ix) Estabilização econômica	v) Anti-dumping	x) Política Industrial		xi) Estruturação do governo		xii) Outros	i) direta;	ii) geral,
i) Impostos (ICMS, IPI)	vi) Financiamento																
ii) Controle de preços	vii) Capital Estrangeiro																
iii) Proteção (tarifa de importação, cotas)	viii) Infra-estrutura																
iv) Isenção p/importação de insumos e máquinas	ix) Estabilização econômica																
v) Anti-dumping	x) Política Industrial																
	xi) Estruturação do governo																
	xii) Outros																
i) direta;	ii) geral,																

QUESTIONÁRIO	TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS																		
<p>6) Quais os pontos do programa pré-eleição do candidato Collor eram considerados mais importantes pelos membros da sua Associação/Sindicato?</p> <p>7) Poderia se afirmar a existência de disposição, por parte dos membros da sua Associação/Sindicato, de apoiar-los ativamente ou de procurar modificá-los?</p> <p>8) Pesquisa da CNI mostra que em 1991 apenas ____% das empresas do seu setor consideravam-se em condições de enfrentar a concorrência externa. Como sua Associação/Sindicato reagiu em relação à reforma do Comércio Externo com a eliminação do "Anexo C" da CACEX e cronograma de redução tarifária? Havia a consciência dos problemas que traria a implementação desta reforma?</p> <p>9) Como evoluiu a relação entre o seu setor e o governo Collor no período 1990/92? Houve participação em órgãos como Câmaras Setoriais ou Comissão Empresarial de Competitividade?</p> <p>10) Houve participação em negociações gerais ou setoriais do Mercosul, por exemplo, sobre a Tarifa Externa Comum (TEC)?</p> <p>11) Como julga o governo Collor em relação à efetividade de assegurar o cumprimento de uma decisão tomada:</p> <p>a) Sempre implementado, impossível de evitar a implementação;</p> <p>b) Quase sempre implementado, às vezes é possível evitar a implementação ou modificá-la substancialmente</p> <p>c) Raramente é completamente implementado</p>	<p>V) Resposta às questões 6) e 7)</p> <p>a) Discutiu propostas com equipe de Collor? () sim ou () não</p> <p>b) Se discutiu, esperava as reformas que vieram? () sim ou () não</p> <p>VI) Resposta à questão 8)</p> <p>a) Houve reação negativa ao programa de abertura? () sim ou () não</p> <p>b) Se sim, tentou:</p> <p>i) maior prazo para redução tarifária; ii) outros</p> <p>VII) Resposta à questão 9)</p> <p>a) Participou das Câmaras Setoriais? () sim ou () não</p> <p>b) A participação trouxe ganhos concretos? () sim ou () não</p> <p>c) Se sim, buscou reivindicações:</p> <table border="0"> <tr> <td>i) Impostos (ICMS, IPI)</td> <td>vi) Financiamento</td> </tr> <tr> <td>ii) Controle de preços</td> <td>vii) Capital Estrangeiro</td> </tr> <tr> <td>iii) Proteção (tarifa de importação, cotas)</td> <td>viii) Infra-estrutura</td> </tr> <tr> <td>iv) Isenção p/importação de insumos e máquinas</td> <td>ix) Estabilização econômica</td> </tr> <tr> <td>v) Anti-dumping</td> <td>x) Política Industrial</td> </tr> <tr> <td></td> <td>xi) Estruturação do governo</td> </tr> <tr> <td></td> <td>xii) Outros</td> </tr> </table> <p>VIII) Resposta à questão 10)</p> <p>a) Participou das negociações do Mercosul? () sim ou () não</p> <p>b) Se sim, relativamente a:</p> <table border="0"> <tr> <td>i) Lista de exceções</td> <td>iii) Normas Técnicas</td> </tr> <tr> <td>ii) Tarifa Externa Comum (TEC)</td> <td></td> </tr> </table> <p>IX) Resposta à questão 11)</p> <p>Governo Collor, relativamente às decisões foi:</p> <p>a) i) inflexível; ii) negociador</p> <p>b) i) estratégico; ii) imediatista</p>	i) Impostos (ICMS, IPI)	vi) Financiamento	ii) Controle de preços	vii) Capital Estrangeiro	iii) Proteção (tarifa de importação, cotas)	viii) Infra-estrutura	iv) Isenção p/importação de insumos e máquinas	ix) Estabilização econômica	v) Anti-dumping	x) Política Industrial		xi) Estruturação do governo		xii) Outros	i) Lista de exceções	iii) Normas Técnicas	ii) Tarifa Externa Comum (TEC)	
i) Impostos (ICMS, IPI)	vi) Financiamento																		
ii) Controle de preços	vii) Capital Estrangeiro																		
iii) Proteção (tarifa de importação, cotas)	viii) Infra-estrutura																		
iv) Isenção p/importação de insumos e máquinas	ix) Estabilização econômica																		
v) Anti-dumping	x) Política Industrial																		
	xi) Estruturação do governo																		
	xii) Outros																		
i) Lista de exceções	iii) Normas Técnicas																		
ii) Tarifa Externa Comum (TEC)																			

QUESTIONÁRIO	TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS
<p>12) Existe alguma reivindicação importante do setor que foi atendida com o apoio do Congresso? A Associação/Sindicato consegue articular bloco de deputados/senadores na defesa de suas reivindicações?</p> <p>1.2. Características da Associação/Sindicato:</p> <ul style="list-style-type: none"> * N.o de Empresas representadas pela Associação/Sindicato: * N.o de Empregados da Associação/Sindicato: * Possui Escritório em Brasília: * N.o Aproximado das viagens/mês de membro da Diretoria para contatos com membros do Executivo e Legislativo: * Valor Aproximado do Orçamento Anual: <p>2. IMPACTOS DA ABERTURA COMERCIAL SOBRE O SETOR</p> <p>1) Qual a influência, para o seu setor, do fechamento da economia (p.ex., proibição de importação de insumos e equipamentos mais modernos) no baixo crescimento da produção e produtividade durante o governo Sarney.</p> <p>2) Após o início do programa de abertura comercial, que tipo de ajuste foi realizado pelo seu setor para mudar sua situação competitiva? Por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Importação de insumos, componentes e equipamentos b) Especialização da linha de produtos c) Investimentos na modernização de instalações e equipamentos d) Treinamento e qualificação de mão-de-obra e) Implantação de Sistema de qualidade f) Maiores gastos na capacidade de pesquisa e de adaptação de inovações e de absorção de tecnologia comprada de terceiros 	<p>X) Resposta à questão 12)</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A associação tem trabalho junto ao Congresso: () sim ou () não b) Se sim, ajudou em alguma reivindicação: () sim ou () não <p>XI) Resposta às questões 1.2</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Faturamento de Empresas representadas: i) < 50% do setor; ii) > 50% do setor b) N.o de Empregados da Associação/Sindicato: i) < 20; ii) entre 20 e 50; iii) > 50 c) Possui Escritório em Brasília: () sim ou () não d) N.o das viagens/mês da Diretoria: i) < 5; ii) entre 5 e 15; iii) > 16 e) Valor Aproximado do Orçamento Anual: i) < US\$ 500 mil; ii) entre US\$ 500 mil e 1 milhão; iii) > US\$ 1 milhão <p>XII) Resposta à questão 1)</p> <p>A abertura trouxe vantagens para o setor?</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Importação de matérias primas e componentes ii) importação de equipamentos <p>OBS: Ignorar questão 2)</p>

QUESTIONÁRIO	TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS
3) O setor chegou a enfrentar significativo write-off de ativos, como p.ex, o fechamento de fábricas?	XIII) Resposta à questão 3) Houve write-off significativo de ativos? () sim ou () não
4) Pesquisa da CNI mostra que em 1993 apenas ___% das empresas consideravam significativa o aumento das importações no seu setor. Qual o impacto efetivo destas importações sobre a rentabilidade do setor?	XIV) Resposta à questão 4) a) A margem caiu devido às importações? () sim ou () não
5) Qual a sua avaliação sobre os efeitos do programa de abertura comercial sobre a indústria brasileira e do seu setor, a partir de 1990? Por que? Muito Negativa (1) Muito Positiva (6)	XV) Resposta à questão 5) Nota: i) 1 a 3; ii) 4 a 6

TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS		ABAL	ABDIB	ABIA	ABIARB	ABICOMP	ABIFARMA	ABIMAQ
I)	a) Mudança nas reivindicações após a abertura?	() S () N	() S (x) N	(x) S () N	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N
	b) As reivindicações hoje (até 3) são:	(x) i (x) ii () iii () iv () v () vi () vii (x) viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v (x) vi () vii () viii () ix () x () xi (x) xii	(x) i () ii () iii () iv () v () vi () vii (x) viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii (x) viii () ix () x () xi () xii	(x) i () ii () iii () iv () v (x) vi () vii () viii () ix () x (x) xi () xii	() i () ii (x) iii () iv () v (x) vi (x) vii () viii () ix () x () xi () xii	() i (x) ii (x) iii () iv () v () vi () vii (x) viii () ix () x () xi () xii
	c) Se a resposta a) é sim, repetir a pergunta b) para antes	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi (x) xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii
III)	a) CIP?	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N
	Se sim, há ênfase?	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N
	b) CDI?	() S (x) N	() S (x) N	() S () N	() S () N	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N
	Se sim, há ênfase?	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N
	c) CPA?	(x) S () N	() S (x) N	(x) S () N	() S () N	(x) S () N	() S (x) N	(x) S () N
	Se sim, há ênfase?	(x) S () N	() S () N	() S (x) N	() S () N	(x) S () N	() S () N	(x) S () N
d) Min. da Indústria e Comércio (MIC)?	Se sim, há ênfase?	() S (x) N	(x) S () N	(x) S () N	() S () N	() S () N	() S () N	(x) S () N
	Se sim, há ênfase?	() S () N	() S (x) N	() S (x) N	() S () N	() S () N	() S () N	(x) S () N
e) Min. da Fazenda (MF)?	Se sim, há ênfase?	() S (x) N	(x) S () N	(x) S () N	() S () N	() S () N	() S () N	(x) S () N
	Se sim, há ênfase?	() S () N	(x) S () N	() S (x) N	() S () N	() S () N	() S () N	(x) S () N
IV)	a) Sinalizou abertura?	(x) S () N	() S (x) N	(x) S () N	() S (x) N	() S (x) N	(x) S () N	(x) S () N
	b) Se sim, a sinalização foi:	() i (x) ii	() i () ii	() i (x) ii	() i () ii	() i () ii	() i (x) ii	() i (x) ii
V)	a) Discutiu propostas com equipe de Collor?	(x) S () N	(x) S () N	() S (x) N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	() S (x) N
	b) Se discutiu, esperava as reformas que vieram?	() S (x) N	() S (x) N	() S () N	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N	() S () N
Resposta à questão 8)								
VI)	a) Houve reação negativa ao programa de abertura?	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	() S (x) N
	b) Se sim, tentou:	() i () ii	() i () ii	() i () ii	() i (x) ii	(x) i (x) ii	(x) i () ii	() i () ii

TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS		ABIMÓVEL	ANFAVEA	ABIPLAST	ABIT	ABIQUIM	ABRABB	ABRAVEST
I)	a) Mudança nas reivindicações após a abertura?	() S () N	() S (x) N	() S () N	(x) S () N	(x) S () N	() S (x) N	() S () N
	b) As reivindicações hoje (até 3) são:	(x) i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi (x) xii	() i () ii () iii (x) iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v (x) vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii (x) iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii (x) iii (x) iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi (x) xii	() i (x) ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii
	c) Se a resposta a) é sim, repetir a pergunta b) para antes	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii (x) iii (x) iv (x) v () vi () vii () viii () ix () x (x) xi () xii	(x) i () ii (x) iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii
III)	a) CIP?	() S (x) N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	() S (x) N	() S () N
	Se sim, há ênfase?	() S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	() S () N	() S () N
	b) CDI?	() S (x) N	(x) S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S (x) N	() S () N
	Se sim, há ênfase?	() S () N	() S (x) N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N
	c) CPA?	() S (x) N	(x) S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S (x) N	() S () N
	Se sim, há ênfase?	() S () N	() S (x) N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N
	d) Min. da Indústria e Comércio (MIC)?	() S (x) N	() S () N	(x) S () N	(x) S () N	() S () N	() S (x) N	() S () N
Se sim, há ênfase?	() S () N	() S () N	(x) S () N	() S (x) N	() S () N	() S () N	() S () N	
e) Min. da Fazenda (MF)?	() S (x) N	() S () N	(x) S () N	() S (x) N	() S () N	() S (x) N	() S () N	
Se sim, há ênfase?	() S () N	() S () N	(x) S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	
IV)	a) Sinalizou abertura?	() S (x) N	(x) S () N	() S (x) N	(x) S () N	(x) S () N	() S (x) N	() S () N
	b) Se sim, a sinalização foi:	() i () ii	() i (x) ii	() i () ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i () ii	() i () ii
V)	a) Discutiu propostas com equipe de Collor?	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N	() S () N	() S (x) N	() S () N
	b) Se discutiu, esperava as reformas que vieram?	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N
Resposta à questão 8)								
VI)	a) Houve reação negativa ao programa de abertura?	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N	(x) S () N	(x) S () N	() S (x) N	() S () N
	b) Se sim, tentou:	() i () ii	() i () ii	() i () ii	() i (x) ii	(x) i (x) ii	() i () ii	() i () ii

TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS		ABRE	ANFPC	SIPATESP	SINDIPEÇAS	Sind Calçados	Sind Vest	SNIC	TOTAL
I)	a) Mudança nas reivindicações após a abertura?	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N	(x) S () N	() S () N	(x) S () N	() S (x) N	(5) S (11) N (4) N.R.
	b) As reivindicações hoje (até 3) são:	(x) i () ii () iii	(x) i (x) ii () iii	() i (x) ii () iii	() i () ii () iii	() i () ii () iii	(x) i () ii () iii	() i () ii () iii	(8) i (6) ii (3) iii
		() iv () v (x) vi	() iv () v () vi	() iv () v () vi	() iv () v (x) vi	() iv () v () vi	() iv () v () vi	() iv () v (x) vi	(2) iv (0) v (7) vi
		() vii () viii () ix	() vii (x) viii () ix	() vii () viii () ix	() vii () viii (x) ix	() vii () viii () ix	() vii () viii (x) ix	() vii (x) viii () ix	(1) vii (5) viii (4) ix
		() x () xi (x) xii	() x () xi () xii	() x () xi () xii	() x () xi () xii	() x () xi () xii	() x () xi () xii	(x) x () xi () xii	(2) x (2) xi (3) xii (1) N.R.
	c) Se a resposta a) é sim, repetir a pergunta b) para antes	() i () ii () iii	() i () ii () iii	() i () ii () iii	() i () ii () iii	() i () ii () iii	(x) i () ii () iii	() i () ii () iii	(2) i (0) ii (3) iii
		() iv () v () vi	() iv () v () vi	() iv () v () vi	() iv () v (x) vi	() iv () v () vi	() iv (x) v () vi	() iv () v () vi	(1) iv (2) v (1) vi
		() vii () viii () ix	() vii () viii () ix	() vii () viii () ix	() vii () viii (x) ix	() vii () viii () ix	() vii () viii (x) ix	() vii () viii () ix	(0) vii (0) viii (0) ix
		() x () xi () xii	() x () xi () xii	() x () xi () xii	(x) x () xi () xii	() x () xi () xii	() x () xi () xii	() x () xi () xii	(0) x (0) xi (1) xii (0) N.R.
III)	a) CIP?	(x) S () N	(x) S () N	() S (x) N	(x) S () N	() S () N	(x) S () N	(x) S () N	(16) S (1) N (3) N.R.
	Se sim, há ênfase?	(x) S () N	(x) S () N	() S () N	(x) S () N	() S () N	(x) S () N	(x) S () N	(16) S (0) N (0) N.R.
	b) CDI?	() S (x) N	() S () N	() S (x) N	() S () N	() S () N	() S (x) N	() S () N	(2) S (11) N (7) N.R.
	Se sim, há ênfase?	() S () N	() S (x) N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	(0) S (2) N (0) N.R.
	c) CPA?	(x) S () N	(x) S () N	() S (x) N	() S () N	() S () N	() S (x) N	() S () N	(7) S (6) N (7) N.R.
	Se sim, há ênfase?	(x) S () N	() S (x) N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	(4) S (3) N (0) N.R.
	d) Min. da Indústria e Comércio (MIC)?	() S (x) N	(x) S () N	(x) S () N	() S () N	() S () N	() S (x) N	() S () N	(7) S (5) N (8) N.R.
	Se sim, há ênfase?	() S () N	(x) S () N	() S (x) N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	(3) S (4) N (0) N.R.
	e) Min. da Fazenda (MF)?	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N	() S () N	() S () N	() S (x) N	() S () N	(4) S (8) N (8) N.R.
	Se sim, há ênfase?	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	(3) S (1) N (0) N.R.
IV)	a) Sinalizou abertura?	() S (x) N	(x) S () N	() S (x) N	() S (x) N	() S () N	() S () N	(x) S () N	(9) S (9) N (2) N.R.
	b) Se sim, a sinalização foi:	() i () ii	() i (x) ii	() i () ii	() i () ii	() i () ii	() i () ii	() i (x) ii	(0) i (9) ii (0) N.R.
V)	a) Discutiu propostas com equipe de Collor?	() S (x) N	(x) S () N	() S (x) N	(x) S () N	() S () N	() S (x) N	() S (x) N	(6) S (11) N (3) N.R.
	b) Se discutiu, esperava as reformas que vieram?	() S () N	() S (x) N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	(0) S (6) N (0) N.R.
	Resposta à questão 8)								
VI)	a) Houve reação negativa ao programa de abertura?	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N	(x) S () N	() S () N	(x) S () N	() S (x) N	(7) S (11) N (2) N.R.
	b) Se sim, tentou:	() i () ii	(x) i () ii	() i () ii	() i (x) ii	() i () ii	() i (x) ii	() i () ii	(5) i (6) ii (12) N.R.

TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS	ABAL	ABDIB	ABIA	ABIARB	ABICOMP	ABIFARMA	ABIMAQ	
VII) a) Participou das Câmaras Setoriais?	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	
b) A participação trouxe ganhos concretos?	() S (x) N	() S (x) N	(x) S () N	(x) S () N	() S (x) N	(x) S () N	() S (x) N	
c) Se sim, buscou reivindicações:	() i (x) ii () iii () iv () v () vi () vii (x) viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v (x) vi () vii () viii () ix () x () xi (x) xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi (x) xii	(x) i () ii () iii () iv (x) v () vi () vii () viii () ix () x () xi (x) xii	() i () ii (x) iii () iv (x) v () vi () vii () viii () ix () x () xi (x) xii	() i () ii (x) iii () iv () v () vi () vii (x) viii () ix () x () xi (x) xii	() i () ii (x) iii () iv () v () vi () vii (x) viii () ix () x () xi (x) xii	() i () ii () iii () iv () v (x) vi () vii () viii () ix () x () xi () xii
VIII) a) Participou das negociação do Mercosul?	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	
b) Se sim, relativamente a:	() i (x) ii () iii	() i (x) ii () iii	() i (x) ii (x) iii	() i (x) ii () iii	() i (x) ii (x) iii	() i (x) ii (x) iii	() i (x) ii (x) iii	
IX) Governo Collor, relativamente às decisões foi:								
a) i) inflexível; ii) negociador	(x) i () ii	(x) i () ii	() i () ii	(x) i () ii	(x) i () ii	(x) i () ii	() i () ii	
b) i) estratégico; ii) imediatista	() i (x) ii	() i (x) ii	() i () ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i (x) ii	
X) a) A associação tem trabalho junto ao Congresso:	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	
b) Se sim, ajudou em alguma reivindicação:	(x) S () N	(x) S () N	() S (x) N	() S (x) N	(x) S () N	() S (x) N	(x) S () N	
XI) a) Faturamento de Empresas representadas:	() i (x) ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i (x) ii	
b) N.o de Empregados da Associação/Sindicato:	(x) i () ii () iii	(x) i () ii () iii	(x) i () ii () iii	(x) i () ii () iii	(x) i () ii () iii	(x) i () ii () iii	() i () ii (x) iii	
c) Possui Escritório em Brasília:	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	() S (x) N	(x) S () N	() S (x) N	(x) S () N	
d) N.o das viagens/mês da Diretoria:	() i (x) ii () iii	(x) i () ii () iii	() i (x) ii () iii	(x) i () ii () iii	() i () ii (x) iii	(x) i () ii () iii	() i (x) ii () iii	
e) Valor Aproximado do Orçamento Anual:	() i (x) ii () iii	() i (x) ii () iii	() i (x) ii () iii	(x) i () ii () iii	() i (x) ii () iii	(x) i () ii () iii	() i () ii (x) iii	
XII) A abertura trouxe vantagens para o setor?	() i (x) ii	(x) i () ii	() i () ii	() i () ii	() i () ii	() i () ii	() i (x) ii	
XIII) Houve write-off significativo de ativos?	() S (x) N	() S (x) N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	
XIV) a) A margem caiu devido às importações?	() S (x) N	() S (x) N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	() S (x) N	
XV) Nota:	() i (x) ii	() i (x) ii	() i () ii	(x) i () ii	(x) i () ii	(x) i () ii	() i (x) ii	

TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS	ABIMÓVEL	ANFAVEA	ABIPLAST	ABIT	ABIQUIM	ABRABB	ABRAVEST
VII) a) Participou das Câmaras Setoriais?	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	() S (x) N	() S () N
b) A participação trouxe ganhos concretos?	() S (x) N	() S (x) N	() S () N	() S (x) N	() S (x) N	() S () N	() S () N
c) Se sim, buscou reivindicações:	(x) i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi (x) xii	(x) i () ii () iii (x) iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii (x) iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii (x) iii (x) iv (x) v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	(x) i () ii (x) iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii
VIII) a) Participou das negociação do Mercosul?	(x) S () N	() S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	() S () N
b) Se sim, relativamente a:	() i (x) ii () iii	() i () ii () iii	(x) i (x) ii (x) iii	() i (x) ii () iii	() i (x) ii () iii	() i () ii (x) iii	() i () ii () iii
IX) Governo Collor, relativamente às decisões foi:							
a) i) inflexível; ii) negociador	() i () ii	(x) i () ii	() i () ii	(x) i () ii	(x) i () ii	() i () ii	() i () ii
b) i) estratégico; ii) imediatista	(x) i () ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i () ii	() i () ii
X) a) A associação tem trabalho junto ao Congresso:	() S (x) N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	(x) S () N	() S () N
b) Se sim, ajudou em alguma reivindicação:	() S () N	(x) S () N	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N	() S () N
XI) a) Faturamento de Empresas representadas:	() i (x) ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i () ii
b) N.o de Empregados da Associação/Sindicato:	(x) i () ii () iii	() i (x) ii () iii	(x) i () ii () iii	(x) i () ii () iii	() i (x) ii () iii	(x) i () ii () iii	() i () ii () iii
c) Possui Escritório em Brasília:	() S (x) N	(x) S () N	() S (x) N	(x) S () N	() S (x) N	() S (x) N	() S () N
d) N.o das viagens/mês da Diretoria:	(x) i () ii () iii	() i (x) ii () iii	() i (x) ii () iii	(x) i () ii () iii	(x) i () ii () iii	(x) i () ii () iii	() i () ii () iii
e) Valor Aproximado do Orçamento Anual:	(x) i () ii () iii	() i (x) ii () iii	() i (x) ii () iii	(x) i () ii () iii	() i (x) ii () iii	(x) i () ii () iii	() i () ii () iii
XII) A abertura trouxe vantagens para o setor?	() i (x) ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i () ii	() i (x) ii	(x) i (x) ii	() i () ii
XIII) Houve write-off significativo de ativos?	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N	(x) S () N	(x) S () N	() S (x) N	() S () N
XIV) a) A margem caiu devido às importações?	() S (x) N	() S (x) N	() S () N	() S () N	(x) S () N	() S (x) N	() S () N
XV) Nota:	() i (x) ii	() i (x) ii	() i (x) ii	(x) i () ii	(x) i () ii	() i (x) ii	() i () ii

TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS	ABRE	ANFPC	SIPATESP	SINDIPEÇAS	Sind Calçados	Sind Vest	SNIC	TOTAL	
VII) a) Participou das Câmaras Setoriais?	() S () N	(x) S () N	() S () N	(x) S () N	() S () N	(x) S () N	() S (x) N	(15) S (2) N (3) N.R.	
b) A participação trouxe ganhos concretos?	() S () N	() S (x) N	() S () N	(x) S () N	() S () N	() S (x) N	() S () N	(4) S (10) N (6) N.R.	
c) Se sim, buscou reivindicações:	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	(x) i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	(x) i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	() i () ii () iii () iv () v () vi () vii () viii () ix () x () xi () xii	(5) i (1) ii (4) iii (4) iv (2) v (4) vi (0) vii (2) viii (0) ix (2) x (0) xi (4) xii (1) N.R.
VIII) a) Participou das negociações do Mercosul?	(x) S () N	() S () N	() S () N	() S () N	(16) S (0) N (4) N.R.				
b) Se sim, relativamente a:	() i (x) ii () iii	() i (x) ii () iii	() i (x) ii () iii	() i (x) ii () iii	() i () ii () iii	() i () ii () iii	() i () ii () iii	(1) i (15) ii (6) iii (0) N.R.	
IX) Governo Collor, relativamente às decisões foi:									
a) i) inflexível; ii) negociador	() i () ii	(x) i () ii	() i (x) ii	(x) i () ii	() i () ii	(x) i () ii	() i () ii	(11) i (1) ii (8) N.R.	
b) i) estratégico; ii) imediatista	() i () ii	() i (x) ii	(x) i () ii	(x) i () ii	() i () ii	() i (x) ii	(x) i () ii	(4) i (12) ii (4) N.R.	
X) a) A associação tem trabalho junto ao Congresso:	(x) S () N	() S () N	() S () N	() S (x) N	(16) S (2) N (2) N.R.				
b) Se sim, ajudou em alguma reivindicação:	() S (x) N	(x) S () N	() S (x) N	() S () N	() S () N	() S () N	() S () N	(6) S (9) N (5) N.R.	
XI) a) Faturamento de Empresas representadas:	() i (x) ii	() i () ii	(x) i () ii	() i (x) ii	(1) i (18) ii (1) N.R.				
b) N.o de Empregados da Associação/Sindicato:	(x) i () ii () iii	() i (x) ii () iii	(x) i () ii () iii	() i (x) ii () iii	() i () ii () iii	(x) i () ii () iii	() i (x) ii () iii	(14) i (4) ii (1) iii (1) N.R.	
c) Possui Escritório em Brasília:	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N	(x) S () N	() S () N	() S (x) N	() S (x) N	(8) S (11) N (1) N.R.	
d) N.o das viagens/mês da Diretoria:	() i () ii () iii	() i (x) ii () iii	(x) i () ii () iii	() i () ii () iii	() i () ii () iii	(x) i () ii () iii	() i () ii () iii	(8) i (7) ii (1) iii (4) N.R.	
e) Valor Aproximado do Orçamento Anual:	(x) i () ii () iii	() i (x) ii () iii	(x) i () ii () iii	() i () ii () iii	() i () ii () iii	(x) i () ii () iii	() i (x) ii () iii	(8) i (9) ii (1) iii (2) N.R.	
XII) A abertura trouxe vantagens para o setor?	(x) i (x) ii	() i (x) ii	(x) i () ii	() i () ii	(5) i (9) ii (8) N.R.				
XIII) Houve write-off significativo de ativos?	() S (x) N	() S (x) N	() S (x) N	(x) S () N	() S () N	() S (x) N	(x) S () N	(8) S (10) N (2) N.R.	
XIV) a) A margem caiu devido às importações?	() S (x) N	() S (x) N	(x) S () N	(x) S () N	() S () N	(x) S () N	(x) S () N	(9) S (8) N (3) N.R.	
XV) Nota:	() i (x) ii	() i () ii	() i (x) ii	() i (x) ii	() i () ii	() i () ii	() i (x) ii	(5) i (11) ii (4) N.R.	

RELATÓRIO FINAL DE TRABALHO
ENTREVISTAS REALIZADAS
CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA

JUL/95

Alexandre de Carvalho
Coord.: Prof. Arthur Barrionuevo

ENTIDADE : ABIMÓVEL

SETOR : MÓVEIS

ENTREVISTADO : EDUARDO LIMA

CARGO : ASSESSOR EXECUTIVO

AVAL : GIORGIO NICOLI - PRESIDENTE

As importações de móveis no Brasil são bastante reduzidas e vinculadas à população de maior poder aquisitivo, que busca produtos com *design* moderno e mais adequado, encontrados principalmente na Europa .

O pequeno valor das importações se deve ao alto preço do produto na Europa, ao qual é ainda acrescentado os custos de transporte , custo portuário e de impostos e tarifas.

Tem havido um esforço conjunto entre o setor de móveis e a Secretaria de Tecnologia e Administração no sentido de promover maior integração entre universidades, escolas técnicas e fabricantes de móveis, justamente para alavancar a área de *design* no Brasil . A promoção de áreas de *design* na indústria moveleira faria com que os móveis brasileiros fossem mais reconhecidos no exterior e alcançassem melhores preços. A falta de uma tradição brasileira nessa área faz com que países europeus comprem móveis acabados na Brasil, alterem suas características e revendam com uma margem bastante significativa.

A indústria de móveis têm em cerca de 80 % de sua produção o uso da madeira como principal insumo . Dessa parte, mais da metade da madeira utilizada é o pinus. As exportações tem crescido muito nos últimos anos, saltando de US\$ 30.000.000 em 1990 para US\$ 300.000.000 no ano passado, não sendo maior devido à sobrevalorização do câmbio. Praticamente todos os móveis exportados são de madeira.

A exportação de madeira bruta na Brasil têm preocupado os fabricantes nacionais , na medida que países sem recursos naturais valem-se dessa operação para o fabrico de móveis para competir internacionalmente no mercado. A médio prazo essas exportações e o contrabando de madeira - que também aflige os industriais do setor por se tratar de quantias elevadas - podem elevar o nível interno do preço da madeira bruta. O governo têm dado mais atenção ao setor nos últimos tempos, com o próprio Fernando Henrique dizendo no Chile que o setor deve ser olhado com mais carinho.

QUESTIONÁRIO :

Atualmente, qual a principal reivindicação do setor junto ao governo ?

A Associação têm proposto ao governo redução da carga tributária, com apoio especial à reforma fiscal, que será responsável pela saída de muitas empresas da clandestinidade e pelo aumento da arrecadação de tributos.

Tendo a Associação apenas 1,5 ano de existência, quem realizava as negociações na Comissão Interministerial de Preços (CIP) ?

Entidades e Associações de classe a nível estadual.

Como evoluiu a relação entre o setor e o governo Collor no período de 1990/92 ? Houve participação em órgãos como Câmaras Setoriais ou Comissão Empresarial de Competitividade ?

Houve a Câmara Setorial dos Móveis de Madeira, porém não foram obtidos resultados significativos pela falta de organização do setor, advinda principalmente de dificuldades estruturais. O setor sempre foi bastante fragmentado e, na época, não tinha grande representatividade. Havia também falta de capacitação técnica e interesse dos interlocutores, que eram os membros dos sindicatos estaduais .

Houve participação em negociações gerais ou setoriais do Mercosul, como, por exemplo, sobre a Tarifa Externa Comum ?

Sim, porém negociação foi muito fechada e concentrada essencialmente na esfera política. A Argentina, por exemplo, em 1992 representava o quarto maior mercado das exportações. Em 1995, já era o segundo e então os fabricantes de móveis argentinos começaram a pressionar o governo. O resultado é que foram negociadas entre os dois governos cotas de importação de móveis na Argentina e a Tarifa Externa Comum foi aumentada de 10 para 18 % . Tudo isso sem nenhum contato com os fabricantes brasileiros.

Seguramente a Argentina deve voltar a ser o terceiro ou quarto mercado internacional da indústria de móveis brasileira .

O setor de móveis fazia parte do "Anexo C", que proibia as importações?

Sim, mas se existissem importações estas seriam pequenas devido as altas barreiras alfandegárias ou não. O setor nunca teve problemas com a competição externa no mercado nacional.

A Associação consegue articular blocos de deputados e senadores na defesa de suas reivindicações ?

Não há um canal de contato com o Congresso, e ainda não existem representantes para atuar na defesa dos interesses junto à deputados e senadores.

Quais são as prioridades de atuação da Associação no momento ?

A Associação tem voltado seus esforços para a redução da carga de impostos, com ênfase na realização da Reforma Fiscal . Há também um constante acompanhamento das negociações do âmbito da ALADI.

Vem sendo desenvolvida uma campanha de marketing com o objetivo de resgatar a importância do móvel como bem essencial, como fez a indústria automobilística com o automóvel, e atentar o mercado para o aspecto da qualidade, que não tem sido levado em consideração na compra.

Também existe canalização de esforços para obtenção do certificado de ISO 9000 pelas indústrias - que têm se dado num ritmo aquém do desejado - e na obtenção de mão de obra especializada em *design* industrial.

O setor chegou a enfrentar significativo *write-off* de ativos, como, por exemplo, o fechamento de fábricas ?

Não houve desativação nem queima de ativos.

Qual a sua avaliação sobre os efeitos do programa de abertura econômica sobre o seu setor, a partir de 1990 ? Por quê ?

De uma escala de 0 a 6, pode-se dar uma nota 4, porque o impacto foi positivo na medida que permitiu compra de máquinas e equipamentos e consequente ajuda na modernização do setor.

CARACTERÍSTICAS DA ENTIDADE

Número de empresas associadas : 180 (Sindicatos e Associações de nível estadual também são afiliadas da Abimóvel).

Possui escritório em Brasília : não

Média de viagens por mês de algum membro da Associação à Brasília : 2

Orçamento : até US\$ 500.000

Número de empregados : 4

ENTIDADE : SIPATESP

SETOR : PERFUMARIA E ARTIGOS DE TOUCADOR

ENTREVISTADO : JOÃO CARLOS B. DA SILVA

CARGO : PRESIDENTE

Quais as principais reivindicações do setor junto ao governo ?

Como reivindicação mais importante junto ao governo federal o presidente do Sipatesp (Sindicato da indústria de Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado de São Paulo) destacou a política de controle de preços exercida durante a gestão de José Sarney e extinta com a entrada de Fernando Collor .

A consequência desse controle foi a concentração de mercado por um pequeno número de grandes empresas, já que, como o controle de preços obrigava as empresas muitas vezes a trabalharem com margens muito pequenas e até mesmo negativas, as pequenas empresas, que não podiam suportar longos períodos sem perspectiva de lucro, foram desativadas ou incorporadas pelas grandes empresas do setor .

Quais foram as entidades governamentais que o Sipatesp utilizou como canal de acesso ao governo no decorrer do processo de abertura econômica ?

Nossa entidade é recente e não tomou parte de órgãos como o CIP, CPA e CDI, limitando sua discussão com o governo à política de controle de preços, questões salariais e alguns assuntos vinculados ao Ministério da Saúde.

Em 1988/89 o ministro Mailson da Nóbrega reestruturou as tarifas aduaneiras. Esse fato sinalizou para o setor a possibilidade de uma abertura econômica como a que ocorreu no governo seguinte ?

A reforma das estruturas tarifárias iniciada por Mailson da Nóbrega não indicou para o setor a possibilidade de abertura comercial que efetivamente ocorreu no governo Collor, já que o setor não dispunha de uma

formação que pudesse vislumbrar qualquer tipo de iniciativa por parte do governo .

A associação contactou o então candidato Fernando Collor para apoiar ou discutir pontos de seu programa modernizante de governo ?

Houve aprovação pelo setor do processo de abertura principalmente pelas vantagens que teriam com a entrada de novas tecnologias e novas formulações de design .

De fato, a indústria de perfumaria e artigos de toalete não dispunha de um conjunto de fornecedores capazes de atender requerimentos mais elaborados de embalagens, frascos e matérias primas. A perspectiva de concorrência internacional forçou os fornecedores a promoverem inovações e atualizações nos produtos e nos processos de produção para se ajustarem a padrões internacionais de preço e qualidade.

As principais decisões de ajuste da indústria dizem respeito a melhorias de qualidade e produtividade , com intensos programas de melhoria da qualidade e obtenção de vários certificados de ISO 9000.

Pode-se dizer que o setor já enfrentava a concorrência internacional com o contrabando de produtos importados, que tiveram sua entrada no país de certa forma legalizada com a abertura, e que representam parcela significativa do mercado.

Com a abertura de mercado houve queima de ativos no setor de higiene pessoal ? Houve queda de rentabilidade ?

A queima de ativos foi praticamente irrelevante nessa indústria porque, como já foi apontado, o mercado é praticamente dominado por grandes empresas, muitas delas multinacionais, que, logicamente, controlam o fluxo de produtos que entram no país para não comprometerem o desempenho das filiais aqui instaladas . Por outro lado, maior queima de ativos deu-se na época de vigência da política de controle de preços, quando foram retiradas do mercado empresas com baixo nível de competitividade e/ou pouca capacidade de atuar com margens muito pequenas. Houve sem dúvida queda na rentabilidade do setor, apesar do aumento do volume produzido.

Num contexto onde visualiza-se um consenso favorável quanto ao processo de abertura dentro do setor, por quê a entidade não atuou de forma mais incisiva no sentido de adiantar o processo de abertura comercial com pressões junto ao Congresso e ao Legislativo?

A resposta do presidente do Sipatesp menciona a existência de "controles internos", aos quais estava sujeita a atuação do sindicato e que impediram uma ação mais abrangente .

Como foi o diálogo com a equipe econômica de Zélia Cardoso de Mello no decorrer do processo de abertura ?

O governo Collor ofereceu várias possibilidades de diálogo com o setor, aceitando solicitações e sugestões de forma muito mais efetiva do que o governo anterior, mas as perspectivas de comunicação foram diminuindo com o agravamento da crise que culminou em seu afastamento .

Qual foi a reação do setor frente as alíquotas finais do Mercosul ?

O nível das tarifas, que está em média 14%, foi acatado pelo setor. As solicitações e argumentos foram suficientes para que o governo estabelecesse tarifas equilibradas para o mercado .

A Associação teve sucesso nas reivindicações junto ao Congresso ?

O Sipatesp não teve êxito em suas reivindicações junto ao Congresso sobre problemas da indústria de perfumaria e artigos. Segundo seu presidente, qualquer reivindicação deve ser acompanhada pelo problema, pela solução e pelo modo de implementação, tamanho o despreparo dos deputados federais em defender os interesses da indústria nacional.

Na avaliação do sr.,e numa escala de (1) - muito negativa - e (6) - muito positiva , qual a nota para o processo de abertura da economia ?

Nota 4, pela necessidade da reação do empresariado brasileiro frente a competição internacional.

DADOS DA ENTIDADE

Nº das empresas que representa : 120

Nº de empregados do sindicato : 6

Orçamento anual : de até US\$ 500.000

Possuem escritório em Brasília : não

Nº médio de viagens p/ mês de algum membro do sindicato à Brasília:2

ENTIDADE : SINDIPEÇAS

SETOR : AUTOPEÇAS

ENTREVISTADO : PETER GRABER

CARGO : DIRETOR

Houve mudança na lista de reivindicações junto ao governo no período que vai do final do governo Sarney à início do governo Collor ?

As principais reivindicações que o setor de autopeças tem junto ao governo são :

- Estabilização da economia
- Política industrial definida a longo prazo, com regras que estimulem investimento das montadoras e conseqüente incentivo para a indústria de autopeças .
- Administração do processo de abertura voltada para o desenvolvimento econômico do setor .A indústria de autopeças, de um modo geral, apoia o fim da reserva de mercado , porém o governo quer colocar a indústria nacional com alto nível de competitividade internacional sem antes fazer a reforma tributaria para desonerar o setor industrial do excesso de impostos .

As duas primeiras requisições vêm desde o governo Sarney , enquanto que a última se estabeleceu mais enfaticamente durante o governo Collor e de Itamar Franco, principalmente devido à queda de margem brutal que o setor sofreu no início do processo de abertura, com a maioria das empresas tendo que comprimir a margem de lucro para poderem oferecer produtos com preços compatíveis com o dos importados .

A abertura de mercado á concorrência internacional obriga as empresas a modernizar os processos de produção em busca de reduções nos custos e aumento da qualidade e produtividade , só que ao mesmo tempo não existem recursos para tanto , principalmente devido ao sacrificio da margem .

Atualmente a margem de lucro do setor oscila entre zero e 2% , mas no começo da abertura muitas empresas tiveram que trabalhar com margens negativas , tamanha a pressão de preços por parte das montadoras.

Em 1988/89 o Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega reestruturou as tarifas aduaneiras. Esse fato sinalizou para o setor a possibilidade de uma abertura econômica como a que houve no governo Collor ?

Há uma divergência muito grande de opiniões dentro do setor quanto ao processo de abertura de mercado, podendo-se identificar duas facções que têm posições conflitantes : a ala de empresários de formação antiga e a parte de líderes empresariais com visão moderna .

A primeira corrente defende a reserva de mercado e a proteção do governo , sendo portanto contrários a qualquer perspectiva de concorrência parelha com empresas estrangeiras dentro do mercado nacional .

A ala de empresários que se autodenominam modernos, e que compreende a atual diretoria do Sindipeças, não enxerga futuro para indústrias que não alcancem certo nível de competitividade a médio e longo prazo, num ambiente cada vez mais marcado pelo termo globalização e pela demolição de barreiras de entrave comercial . Preferem ver uma parte do setor quebrar e outra que justifique a posição da indústria de autopeças brasileira como indústria moderna e capaz de competir com preço e qualidade no mercado internacional do que ver todo o setor atrasado e sem perspectivas de futuro. Têm uma visão muito antes de cidadão do que de empresários , mas nem por isso deixam de cobrar do governo incentivos para as montadoras efetivamente se instalem aqui ao invés de apenas importarem veículos, como vem ocorrendo nesses últimos tempos .

Ainda segundo a visão desses empresários podemos tecer críticas quanto à velocidade da abertura e à atual política cambial imposta pelo governo que torna os produtos importados ainda mais baratos pela defasagem do dólar .

Houve queima de ativos como consequência da abertura de mercado?

Como consequência da abertura de mercado dentro do setor tivemos queima de ativo e desativação temporária de algumas indústrias , e esses resultados só não foram piores por causa da possibilidade que as indústrias têm junto ao governo de acumularem passivo tributário pelo não pagamento da carga tributaria , que chega a 35% do faturamento . Esse tipo de operação permitiu que as indústrias obtivessem financiamentos para melhorias de produtividade e reduções de custo, mas significa também que existem muitas

empresas dentro do setor que estão artificialmente vivas , pois, se fossem liquidadas hoje, a soma de seus ativos mal daria para saldar as dívidas junto ao governo .

Como foram os contatos com as Câmaras Setoriais ?

O Sindipeças participou ativamente das discussões das câmaras setoriais, após a vitória da chapa dos empresários favoráveis a abertura econômica, quando inclusive houve protestos da facção perdedora prontamente censurados por Dorothea Werneck.

Várias associações reclamam da dificuldade de diálogo com a equipe econômica de Zélia Cardoso de Mello. Como foram as relações do Sindipeças com a equipe econômica ?

A atual diretoria do Sindipeças não participou das discussões da época de Zélia Cardoso de Mello. Os contatos começaram com a entrada do Ministro Marcílio Marques Moreira.

O Sindipeças participou das discussões acerca da Tarifa Externa Comum do Mercosul ?

O atual diretor não tem conhecimento específico do assunto.

O Sindicato tem conseguido atendimento nas reivindicações junto ao Congresso ?

Existe um escritório em Brasília com pessoal especializado para a transmissão dos pontos de vista do setor, sem iniciativas de compra de deputados.

Qual a avaliação que o sr. faz do processo de abertura da economia, numa escala de (1) a (6) ?Justifique.

Nota 5. Críticas feitas ao modo como o processo foi conduzido, á velocidade imposta ao processo e a falta de uma política industrial que traga investimentos das montadoras.Pode-se tecer críticas ainda á defasagem cambial.

DADOS SOBRE A ENTIDADE

Nº de empresas que representa : 500

Nº de empregados do sindicato : 30

CARACTERÍSTICAS DO SETOR

Faturamento - 1989 = US\$ 15,5 bilhões

- 1992 = US\$ 10,1 bilhões

Exportações - 1989 = US\$ 2,1 bilhões

- 1992 = US\$ 2,3 bilhões

Nº de empregados - 1989 = 309.700

- 1992 = 231.000

ENTIDADE : SINDUSFARMA

SETOR : FARMACÊUTICO

ENTREVISTADO : OMILTON VISCONDE

CARGO : PRESIDENTE

Houve mudança na lista das três principais reivindicações do setor junto ao governo no período que vai do final do governo Sarney ao início do governo Collor ?

A indústria farmacêutica vem aos poucos retomando o desenvolvimento e já é visível o aumento dos investimentos no setor, após mais de vinte anos de vigência da política de controle de preços imposta pelo governo e responsável por tremenda redução do parque industrial brasileiro e encerramento de atividades de grandes empresas multinacionais, já que mesmo estas não conseguiam obter um preço suficiente para cobrir seus custos totais.

Mas o setor, dois anos após se soltar da mordida do controle de preços, enfrenta ainda grandes problemas causados pela má atuação do governo junto às atividades da indústria, principalmente em questões como controle de entrada de produtos, fiscalização e administração da abertura econômica.

O Brasil é o quarto mercado mundial em vendas de produtos farmacêuticos, nono mercado em valor de vendas e o grande mercado emergente que existe no mundo neste momento - sobretudo agora que o país vive expectativas extremamente favoráveis de estabilização econômica e desenvolvimento - mas possui um sistema de Vigilância Sanitária completamente destruído. Esse sistema é o referencial da indústria farmacêutica, ou seja, todos os produtos farmacêuticos devem ser produzidos de acordo com os padrões e sob as condições estipuladas por este órgão, que, ao passar por um momento de extrema debilidade, não consegue fiscalizar o que está sendo produzido nem em que condições. Transfere-se a responsabilidade de qualidade e eficácia do produto inteiramente para as empresas, num contexto em que bem poucas delas suprem esses quesitos sem que seja necessário uma constante fiscalização por órgãos públicos.

A situação torna-se mais grave quando se verifica que a Vigilância Sanitária não é só responsável pela fiscalização de produtos farmoquímicos,

pois suas atividades se estendem pelos setores de alimentos, cosméticos, equipamentos médicos e correlatos, num total de produtos que representa cerca de 20% de nosso PIB.

Com a abertura do mercado brasileiro, houve o desmantelamento de barreiras protecionistas ao mesmo tempo em que o governo passa a ter sérias dificuldades em aferir o que entra no país e em que condições de qualidade. Como resultado temos hoje no mercado brasileiro toda e qualquer espécie de bugiganga em medicamentos produzidos no mundo sendo vendidos até pelos camelôs da cidade.

A indústria tem de ser receptiva à competitividade mas não pode competir num ambiente em que há perda do essencial que é a qualidade e tampouco há fiscalização e controle de entrada de produtos no país.

Além do CIP, com quais outros órgãos governamentais a Abifarma mantinha contato no período da abertura ?

As discussões do setor durante o governo Sarney sempre giraram em torno da política de controle de preços. Tiveram muito pouco contato com órgãos de desenvolvimento (CDI) e com a comunidade científica.

Em 1988/89 o então Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega fez uma reestruturação nas tarifas aduaneiras. Esse fato sinalizou para o setor a possibilidade de uma abertura econômica como a que houve no governo seguinte ?

Houve, segundo o presidente da Abifarma, avanços quando da época da redução das alíquotas de importação feita por Mailson da Nóbrega, por permitir o acesso às matérias primas importadas, porém tal episódio não foi percebido como sinal da abertura comercial de anos posteriores. Na ocasião, o setor vislumbrou apenas a possibilidade de maior competitividade e a necessidade das empresas nacionais de agilizarem os processos e deixarem de trabalhar sob regime de cartório.

Houve contato com o então candidato Fernando Collor para discussão de pontos de seu programa modernizante de governo ?

Antes da efetivação das medidas que terminariam com a reserva de mercado, o setor teve tênues contatos com os emissários de Fernando Collor, basicamente voltados para as atividades comerciais de vendas de produtos populares, e não direcionados para a formação de uma política para o setor de medicamentos éticos.

Qual foi a reação do setor quando da época da efetiva implementação da política drástica de abertura de mercado de Fernando Collor ?

No momento da abertura, a indústria vinha de um processo de recuperação de preços iniciado nos últimos anos do governo Sarney, através das câmaras setoriais onde se podia discutir com muita franqueza com os ministros da área econômica projetos de recuperação à médio e longo prazo.

Foi com perplexidade que os líderes da indústria viram a abertura de mercado, iniciada, segundo eles, sem qualquer tipo de roteiro ou cronograma em que o empresariado, diretamente afetado pelas medidas, pudesse se basear.

Como foram os contatos com a equipe econômica no período inicial da abertura, antes da reativação das Câmaras Setoriais ?

As relações com Collor e sua equipe econômica sempre foram complicadas. Nas reuniões desta última com os líderes da indústria discutia-se alíquotas e desregulamentação de preços de forma programada, porém sempre em grandes linhas e de uma maneira macroeconômica, onde os interesses e particularidades de cada setor eram tratados com visível descaso, e diálogos específicos com resultados só puderam ser realizados mediante formação de câmaras setoriais, proporcionados pelo ambiente técnico e de fraternidade.

Houve participação da Abifarma nas discussões sobre Tarifa Externa Comum do Mercosul ?

A negociação das tarifas comuns do Mercosul, em especial com a Argentina, por sua vez, têm atendido aos interesses da indústria nacional. Atualmente, cerca de 58% das indústrias farmacêuticas instaladas na Argentina são de capital nacional, ao passo que no Brasil esse número cai para 25%. Em razão disso, uma redução drástica das tarifas repercute muito mais lá do que aqui, e isto tem preocupado os argentinos, mesmo porque o Brasil tem feito grandes pressões por tarifas menores. Talvez esta última medida do governo de importar medicamentos via correio sem qualquer tipo de taxaço tenha preocupado muito mais os argentinos do que nós mesmos.

Essas negociações foram conduzidas por órgãos técnicos do governo, em especial o Decex, com apoio de pessoal especializado que conhece os problemas e interesses do setor. Quando as negociações são levadas a algum órgão público, como o Ministério da Saúde e mesmo o Ministério da Fazenda, a conversa flui bem menos e a discussão fica difícil porque, apesar de terem uma visão teórica mais ampliada, estão muito presos a burocracismos e não têm conhecimento mais específico de cada setor. Sobre a definição de Zélia Cardoso de Mello e sua equipe, Omilton Visconde foi categórico - tinham muito conhecimento, pouca sabedoria e muito poder.

Como foram os contatos com o Legislativo ? Houve sucesso nas reivindicações ?

Quanto à eficiência do poder Legislativo no atendimento as reivindicações, pode-se dizer com tranquilidade que o Congresso é essencialmente assistencialista e reivindicativo, atua sempre no sentido de benefícios imediatos e não tem visão de longo prazo, a não ser quando o assunto é reeleição.

Quais foram os impactos da abertura no setor ? Existiram casos de queima de ativos ou queda de rentabilidade geral ?

Com relação aos impactos da abertura no setor, trabalha-se com dois indicadores : qualidade e competitividade .

A qualidade, em se tratando de medicamentos evidentemente é essencial e, neste momento, com uma Vigilância Sanitária quebrada, não há ninguém que cuide disso no Brasil, além da empresa. A perda de competitividade levou a quase devastação do parque industrial brasileiro, atingindo principalmente empresas nacionais que saíam de uma fase de tantos anos de controle de preços e sem nenhum histórico de investimento nesse período como decorrência dessa política . É de se destacar, portanto, que no momento que a indústria farmoquímica carecia de recuperação por se livrar das amarras da regulamentação, inicia-se o desenfreado processo de redução de tarifas e tudo o que se podia conseguir através dela consegue-se importando.

Num primeiro momento, a abertura de mercado fez com que as empresas que produziam matéria prima deixassem de fazê-lo, desverticalizando-se. Logo depois as indústrias passaram a descontinuar as linhas de produção e neste último momento vemos a tendência de se trazer de fora o máximo possível.

Uma vantagem competitiva que as indústrias aqui instaladas têm com relação aos remédios importados reside na questão da marca e da qualidade dos medicamentos, pois tanto o público em geral como a comunidade médica possuem uma história de sucesso e resultados comprovados com um grande número de remédios, e não há troca de medicamentos sem antes passagem por um processo difícil e demorado de adaptação. Prova maior disso é o caso da Aspirina da Bayer, líder de vendas em meio à tantos outros ácidos acetilsalicílicos disponíveis na farmácia .

Uma outra vantagem competitiva, desta vez entre as empresas nacionais e as de capital estrangeiro, é o preço, pois não há senso para uma empresa nacional colocar um medicamento a um preço maior que o similar de uma concorrente multinacional pelo simples fato de que esta última pesquisa e descobre, enquanto que a nacional copia. Muitas vezes, o que uma empresa nacional economiza em pesquisa e desenvolvimento gasta em promoção, divulgação e marketing.

Como o sr. avalia o processo de abertura econômica, numa escala que vai de (0) - muito negativa - a (6) - muito positiva ?

Nota 2 . De um modo geral, o presidente da Abifarma avalia o processo de abertura de mercado como ruim e predatório, onde o governo não sabe as repercussões das iniciativas que tem tomado em setores estratégicos . Poderia-se até criar e fomentar um ambiente competitivo, desde

que se criasse também condições para que a indústria nacional compita com igualdade. O que se vê hoje é uma excessiva carga de impostos, encargos trabalhistas que chegam a 110% e um ambiente de competição em que se compete com quem nem ao menos paga ICMS, sem se falar nas deficiências de fiscalização e controle de qualidade.

DADOS DA ENTIDADE :

Nº de empresas que representa : 146

Nº de funcionários : 11

Orçamento anual : US\$ 308.000

Nº de viagens mensais de algum membro à Brasília : 3

ENTIDADE: SNIT

SETOR: TÊXTIL

ENTREVISTADO: LUIZ AMÉRICO MEDEIROS

CARGO: PRESIDENTE

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA TÊXTIL

QUESTIONÁRIO:

Que tipos de contato o SNIT tinha com o governo na época que cobre o início da abertura econômica, além da participação no CIP ?

O setor têxtil foi o único que propôs, no governo Sarney, um programa de política industrial, que foi o PSI (Programa Setorial Integrado), onde eram realizadas reuniões entre associações e sindicatos com o governo. Infelizmente o programa durou apenas um ano e meio, pois Collor quando entrou extinguiu-o.

Houve sinalização para o setor de uma possível abertura econômica, como ocorreu no governo Collor, quando do momento de reformulação das tarifas aduaneiras por Mailson da Nóbrega em 1988/89 ?

O grande problema da indústria têxtil nessa época era a dificuldade de se modernizar, por causa principalmente das altas barreiras tarifárias. No Programa Setorial Integrado já se via que todas as máquinas sem similar teriam que ter alíquota zero e que as máquinas produzidas aqui teriam que provar qualidade, produção e preço. Notava-se, portanto, a intenção do governo em fazer uma abertura de mercado, só não se sabia a intensidade do movimento.

O SNIT chegou a discutir com o então candidato Fernando Collor itens do seu programa modernizante ?

O presidente da Associação afirma sobre reuniões com a Ministra Zélia Cardoso de Mello, portanto após a posse de Collor. De qualquer forma, Collor antecipou uma redução de alíquotas num primeiro momento da abertura. A redução estava prevista para dezembro e foi antecipada para junho. O setor foi um dos mais prejudicados sem razão aparente, segundo Luiz Américo Medeiros. Após o evento, houve conversas com a Ministra nas quais ela afirmava que todas as medidas tomadas faziam parte da política do governo.

Neste momento do início da abertura, Collor acabou com o Anexo C, lista de proibição das importações e adotou política bastante inflexível.

Havia disponibilidade de negociação por parte do governo, nessa época, em relação ao programa de abertura ?

Quando Collor antecipou a redução das alíquotas, já estavam em vigor alíquotas reduzidas, e logo em seguida ocorreu uma entrada súbita e desenfreada de produtos têxteis no país.

Não houve oportunidade de diálogo no governo Collor no Ministério da Fazenda e sim numa Secretaria da Indústria e Comércio. Porém não foram conseguidos resultados.

Com a entrada de Marcílio Marques Moreira no Ministério da Fazenda, Dorothea Werneck foi convocada para assumir a Secretaria de Economia e deu forças às negociações nas Câmaras Setoriais. O SNIT chegou a participar dessas Câmaras e obteve resultados ?

Sim, mas não chegou a consenso. O diálogo continuou porém sem evolução.

No período do final do governo Sarney até depois do governo Collor, houve mudanças nas principais reivindicações junto ao governo ?

A principal reivindicação sempre foi a de estabelecimento de uma alíquota condizente para o setor. A alíquotas de 19% para importação de máquinas sem similar nacional e 18% para a importação de tecidos é uma estupidez sem tamanho que só existe no Brasil. Felizmente e depois de uma série de negociações, o governo estabeleceu isenção de taxaço para as

máquinas, mas só depois de muita luta, com o próprio governo e com o Sindicato de Máquinas, que agia com lobbies no Congresso para manter as tarifas de máquinas em níveis elevados.

Estamos em entendimento com o governo para que seja prorrogada a cláusula que estipula isenção de taxações sobre a importação de máquinas sem similar nacional.

Existem informações dadas pela ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) de que o volume de máquinas têxteis importadas no início da abertura foi muito pequeno.

Pequeno na opinião deles. Em 1993 nós importamos 1 bilhão de dólares em máquinas. No ano passado importamos 1 bilhão e 800 milhões de dólares.

Quanto representa hoje o total das importações sobre as vendas do setor têxtil ?

A cota do Brasil, ou a quantidade máxima que pode entrar de tecido sintético, que é o que está inundando o mercado brasileiro, na C.E.E. (Comunidade Econômica Européia), foi de 2.380 toneladas em 1995. A cota do Brasil nos E.U.A., do mesmo tecido, é de 1386 ton/ano. Em 1994 o Brasil importou 34.000 toneladas de tecido sintético, ou 14,3 vezes a cota européia ou ainda 24,5 vezes a cota americana. Isto prova sensibilidade e proteção dada à indústria têxtil no mundo e o absurdo da situação que existe no Brasil.

Fizemos protesto anti-dumping que o governo, por falta de estrutura e organização acabou arquivando. Estamos tratando com o governo uma regulamentação para o processo de anti-dumping, enquanto isso o tecido vai entrando. Estamos lutando também para a regulamentação de direito específico, que já existe na Argentina desde 1983, que é um sistema de proteção pelo qual, em casos que não há proteção sob a forma de alíquota, a taxa é feita pelo peso em dólar.

O direito específico foi discutido na Câmara Setorial ? Vocês obtiveram algum resultado ?

O governo concorda com o direito específico, porém o estudo tem que ser nosso, com ajuda do modelo argentino. A previsão para o término dos trabalhos é final de abril/95, e nota-se boa vontade do novo governo em estabelecer esse item no âmbito do Mercosul.

O setor chegou a participar das discussões sobre a Tarifa Externa Comun ?

Houve discussão, mas pela regulamentação do GATT você não pode utilizar Tarifa Externa Comun, segundo o acordo de multi-fibras, para proteção. Apenas o direito específico.

Em relação as reivindicações do setor têxtil, houve ajuda do Congresso ?

Não. Houve articulações com dois ou três deputados mas sem resultados. Estamos articulando com novos deputados de vários estados, em reuniões mensais, nas quais procuramos levar a eles as reivindicações de setor.

Com o aumento das importações de tecidos, chegou a ocorrer quebra de empresas no setor ?

Sim. Na área de tecidos sintéticos, quinze empresas fecharam. Na área de tecido natural tal fenômeno não ocorreu, apenas a falta de matéria-prima.

Houve também grande queda de rentabilidade, ainda mais com o programa anti-consumo do governo, em que as fábricas diminuíram ainda mais a produção. As importações vêm de todos os lados, da China, da Coréia, de Taiwan, na forma legal ou através de contrabando e sub-faturamento, pois a fiscalização é muito precária.

Com a grande impactação que teve o setor têxtil com o processo de abertura econômica, houve tentativas de alterar itens do programa ou alterar o cronograma de redução de alíquotas ?

Nós, logo após a desenfreada entrada de produtos têxteis no país, entramos com ações anti-dumping. O governo porém alegou que faltava dados ao nosso processo. A verdade é que houve absoluta falta de estruturação por parte do governo, e sem essa estruturação eles pura e simplesmente arquivaram o processo.

Neste caso de processo anti-dumping o governo brasileiro deveria mandar uma equipe técnica para abrir a contabilidade de , no caso, empresas coreanas e verificar a existência ou não de prática de dumping. Lamentavelmente, quando o presidente da ABIT levou essa reivindicação ao

governo, este alegou falta de verba e pessoal especializado para realizar tal verificação.

Em relação ao Mercosul, como está a competição no setor têxtil ? Uruguai e Argentina colocaram produtos têxteis nas listas de excessão ?

Sim, houveram muitas restrições. A Argentina, na formulação da Tarifa Externa Comun, inplantou o direito específico. A relação com os argentinos, principalmente, é difícil, pois, como exemplo, quase que não existia indústria têxtil na Argentina até um tempo atrás, e mesmo assim eles implementaram o direito específico.

Fazendo um ponderamento, qual a avaliação que o Sr, faz do processo de abertura econômica ?

A ABIT não é contra a abertura econômica, é contra a política de dumping, pela qual os produtos entram no país por preços abaixo dos preços praticados no mercado interno da China e da Coreia. O processo de abertura não foi planejado, prova disso são os constantes déficits que temos tido recentemente na balança comercial.

Existe alguma consideração que o Sr. queira fazer, sobre a abertura econômica que não foi abordado no questionário ?

O governo deve dar incentivos à exportação e não só à importação. Veja o câmbio sobrevalorizado. Na Argentina, a quem exporta é reintegrado os impostos que teria que pagar.

Não vejo sentido para não haver incentivo à exportação no Brasil. Não será por causa do GATT, já que nós sempre tivemos subsídio, inclusive publicados no Diário Oficial, e entramos com advogados para confrontar o GATT. O Japão e os E.U.A. dão subsídio e não publicam em parte alguma. Mas valeu, pois tivemos briga e incrementamos a exportação. Temos que fazer o mesmo agora, dar subsídio.

DADOS DA ENTIDADE

Média de viagens de algum membro do Sindicato ou da Associação à Brasília por mês: 3

Orçamento da Entidade (ABIT): US\$ 500.000,00

Número de empresas que são representadas pelo Sindicato Nacional da Indústria Têxtil: 850

Possuem escritório em Brasília ? Sim

ENTIDADE: ABRE

SETOR: EMBALAGENS

ENTREVISTADO: ALBERTO BARBAGALLO

CARGO: PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA EMBALAGEM

QUESTIONÁRIO:

Houve mudança na lista de reivindicações junto ao governo no período que cobre o final do governo Sarney e metade do governo Collor ?

A Associação normalmente não faz muitas reivindicações junto ao governo. Atualmente, o que se poderia reivindicar é o financiamento para a compra de equipamentos importados, que constituem a maioria do maquinário da indústria.

Existem as reivindicações circunstanciais, que são relativamente esporádicas, sobre falta de determinados insumos para a produção, em geral derivados de petróleo. Quando tal fato ocorre, mobiliza-se o pessoal da Associação para pressionar o governo em redução de cotas.

Recentemente, a Prolata tem reivindicado ao governo equiparação tributária da folha de flandres nacional com a similar importada, para nivelar as condições de competição entre as indústrias.

A ABRE surgiu ainda na década de 1960 e no momento de sua formação, englobou toda série de indústrias embalageiras. Com a segmentação do mercado de embalagem e especificamento da política industrial do governo com a criação do CDI (Comissão de Política Industrial), cada indústria específica passou a cuidar separadamente de seus interesses. Neste momento surgem a ABIVIDRO, PROLATA, ABPO, ABIPLAST e outras associações.

No exemplo citado da reivindicação da folha de flandres, o processo é encaminhado e administrado diretamente pelos diretores da Prolata, obtendo da Abre apenas o aval e o apoio no requerimento.

A Abre, portanto, participa das negociações e conversações, mas não faz o requerimento direto, limitando-se a fazer o endosso.

Há muitas diferenças com relação ao nível de competitividade e grau de modernização entre as diferentes indústrias de embalagens ?

Em geral as indústrias caminham juntas. Há sempre uma interligação nos requerimentos. Por exemplo, para todas as embalagens de folha de flandres nacional há de haver acondicionamento em caixas de papelão nacionais.

Além de participações no CDI, como foram as participações no CPI (Conselho Interministerial de Preços) ?

O CIP foi o grande órgão agregador da indústria embalageira como um todo. Talvez tenha sido um dos motivos maiores da existência da Associação desde os tempos da Conep.

As discussões dentro do CDI não são desenvolvidas diretamente pela ABRE e sim pelas associações específicas.

Chegou a ABRE a participar da Comissão de Política Aduaneira, com discussões sobre tarifa de importação e cotas ?

Sim, desde os tempos de José Carlos Freyre. Eram discutidos reduções de alíquotas, eliminação de cotas e importações de produtos sem similar nacional.

Em 1988 e 1989, o então Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega fez uma reformulação nas tarifas de importação.

Este fato chegou a sinalizar para o setor a possibilidade de ocorrer uma abertura econômica nos moldes da que ocorreu no governo seguinte ?

Não, e nem o setor foi consultado. Considera-se de que a reformulação das tarifas aduaneiras foi muito mais obra de lobbies específicos do que da real necessidade de colocar a economia brasileira dentro dos parâmetros mundiais. A posterior abertura econômica do governo Fernando Collor foi bastante positiva na medida que melhorou níveis de competitividade e obrigou as

empresas a se modernizarem, vide constante preocupação com certificados de ISO 9.000

Como foram as discussões acerca dos tratados do Mercosul ?

A ABRE participou assiduamente das reuniões de regulamentação do Mercosul, em reuniões mensais de 2 a 4 dias, nas capitais do Mercosul, e teve como representante nas negociações Plínio de Paula Ramos, do grupo Nadir Figueredo.

Um ponto interessante e curioso é que a participação da ABRE nas negociações do Mercado Comum se deu quase por acaso. Plínio de Paula Ramos esteve de passagem na Argentina para discutir um detalhe da indústria de vidro, quando numa sala ao lado da qual estava, havia reunião bastante agitada.

Interessado em saber o motivo da discussão, respondeu-lhe um assessor de que se tratava da reunião inicial que regulamentava os acordos do Mercosul no setor de embalagens.

Mais intrigado ainda, o representante da indústria de vidro olhou pela porta para ver quem estava representando os brasileiros, e deparou com dois burocratas brasileiros fazendo discurso enquanto uma vintena de empresários argentinos discutiam detalhes do acordo.

A partir deste episódio a ABRE se mobilizou e passou a participar de todas as reuniões de normatização.

Com relação as discussões estas foram bastante agitadas pois o nível de qualidade da indústria embalageira argentina deixa muito a desejar e obriga os empresários daquele país a lutarem por altas alíquotas externas comuns. Não conseguiram uma Tarifa Externa Comun alta, mas obtiveram um artifício pelo qual as embalagens brasileiras que vão para a Argentina pagam 10% sobre a TEC, enquanto que as embalagens argentinas nadam pagam além da TEC, quando vêm para cá.

Ainda assim, o Brasil exporta muito mais embalagens para a Argentina do que importa e, com relação ao resto do mundo, a embalagem brasileira está numa posição bastante competitiva, tanto que as exportações brasileiras chegam até aos E.U.A.

Especificamente, como a abertura econômica favoreceu o setor de embalagens ?

A redução das alíquotas permitiria compra de matérias-primas por preços mais razoáveis no exterior. Mas isso já era possível no passado para as empresas que exportavam embalagens, através do sistema drawback. Para as empresas que atuam também no mercado interno e para aquelas que só atuam internamente, a redução das alíquotas equiparou ao preço dos insumos estrangeiros com os preços dos insumos nacionais. Porém a vantagem de isenção de impostos se manteve apenas para as empresa exportadoras. Para ativar o mercado interno, seria interessante então a regulamentação de um drawback "verde e amarelo" no qual a isenção de impostos para firmas exportadoras também se daria para compras a nível interno para dar-se preferência à indústria de insumos nacional.

Tendo o processo de abertura econômica causado um resultado positivo em termos gerais para o setor, não houve tentativas junto ao governo com o intuito de adiantar o programa ? Houveram contatos com o então candidato Fernando Collor de apoio ao seu programa modernizante de governo ?

Não houve contatos. Alguns pontos do programa de abertura foram estabelecidos através de lobbies de grupos articulados.

Como foram os contatos com o governo no período pós-abertura ? Houve tentativa de mudar o cronograma ou alterar os pontos ?

Não. No governo Collor as coisas se resolviam com o ocorrer do dinheiro, como aliás em todos os governos, com a diferença de que no período Collor esses assuntos eram tratados com mais clareza.

O Congresso ajudou em alguma reivindicação do setor ?

Não. Mais uma vez voltamos ao problema dos lobbies. No Brasil não existe compromisso entre o representante e sua classe. O cidadão é eleito e não cumpre as promessas que fez porque não é cobrado, não deve portanto se justificar a ninguém. Deveria haver um maior compromisso entre o político e a classe que o elegeu, para legitimarmos os lobbies, e dessa forma quem foi eleito pela indústria deve por assim defendê-la, e quem foi eleito pelos

trabalhadores deve lutar em prol daqueles interesses. É uma questão de cada um ser autêntico de assumir seu papel para assim superarmos a corrupção burocrática.

O setor de embalagens sofreu "write off" de ativos ou teve desativação de indústrias em decorrência do processo de abertura ?

Tem havido recentemente sucateamento de indústrias embalageiras, mas não em decorrência do processo de abertura. Até 1981, o setor vinha crescendo sem conhecer qualquer tipo de crise. Em 1981 e 1982, houve uma queda na demanda e várias indústrias procuraram se adequar a nova situação, e os que não conseguiram acabaram entrando em concordata.

Entre 1982 e 1986, o mercado continuou parado sem demanda crescente por um lado e sem investimento de outro. As indústrias que não investiram nesse período perceberam que quando os níveis de demanda voltassem a normalidade, elas não estariam equipadas para competição no atendimento ao mercado interno.

Entre 1986 e 1988, houve aquela série de planos que conturbaram ainda mais o mercado e se obtiveram alguns resultados bons e outros péssimos nesse período.

Com a chegada da normalidade em 1989, quase a totalidade das empresas passou a reinvestir lucros na modernização das fábricas com a compra de novas máquinas e tecnologias. Este fato foi responsável por um aumento contínuo na produtividade do setor e culminou com uma super oferta de produtos da indústria em 1994, oferta essa muito superior a demanda. Os preços, tão logo essa relação se estabeleceu, começaram a declinar vertiginosamente, a níveis quase que insuportáveis.

A situação piorou quando da implementação da URV, que fixou os preços das embalagens quando estes estavam em níveis mínimos.

Atualmente, o setor continua com a rentabilidade baixa, mas que tem aumentado ao longo dos meses devido a um crescimento significativo do volume decorrente da estabilização econômica. O problema continua nos preços das embalagens, que estão bastante defasados ainda.

De qualquer forma, a crise no setor não foi consequência da abertura da economia e sim da retração da demanda frente a um excesso de capacidade das fábricas.

Entre uma escala de (1) - muito negativa e (6) - Muito positiva, que nota o senhor daria para o programa de abertura econômica?

Foi muito positivo o programa de abertura econômica. Os produtos brasileiros estão em pé de igualdade em preço e qualidade com os produtos estrangeiros. Temos matéria prima de excelente qualidade e mão-de-obra barata, portanto, para nós, quanto mais abertura melhor.

DADOS DA ASSOCIAÇÃO

Número de empresas representadas pela ABRE: 98 (60% da produção nacional)

Número de empregados da Associação: 5

Possui escritório em Brasília : Não

Número de Viagens em média por mês a Brasília : Não disponível (Entra no aspecto das viagens feitas por membros das associações correlatas)

Orçamento da Entidade (por Ano): US\$ 150,000.00`

ENTIDADE : ANFAVEA

SETOR : AUTOMOBILÍSTICO

ENTREVISTADO : JACI MENDONÇA

CARGO : EX-PRESIDENTE

Em quais órgãos, no período do final do governo Sarney e início do governo Collor, a ANFAVEA manteve relações com o governo?

Nesta época, o CIP (Conselho Interministerial de Preços) adquiriu tamanha importância que passou a ser quase o motivo da existência da entidade.

A ANFAVEA tinha uma carga de trabalho enorme na atuação no CIP, pois o governo obrigava a apresentação de planilhas de custos de todo o setor. Porém o trabalho não foi só limitado a reuniões no CIP, já que tivemos atuações também no CONTRAN, na regulamentação do trânsito e de normas sobre veículos, no qual éramos responsáveis pelo suporte técnico e acessados principalmente no momento de amenizar propostas internacionais. Os acordos de comércio internacional também foram bastante negociados com o governo.

Chegaram a participar da Comissão de Política Aduaneira e do Conselho de Desenvolvimento Industrial?

A participação na C.P.A. foi mínima. O C.D.I. foi um órgão fictício. O governo não tem condição de formular política de desenvolvimento industrial.

Em 1988 e 1989 o ministro Mailson da Nóbrega propôs uma reformulação das tarifas aduaneiras. Esse fato significou para o setor a possibilidade de abertura econômica que efetivamente ocorreu no governo seguinte?

O setor automobilístico foi o primeiro setor a pedir a abertura comercial. Havia desejo de uma abertura pelo setor, pois não se mirava outro caminho para a indústria automobilística que não o da globalização. Não podíamos manter uma posição apenas exportadora. Existia dificuldades enormes para a

compra de, por exemplo, máquinas digitais e robôs, com processos de permissão que demoravam cerca de um ano para serem encerrados.

Medidas que visavam facilitar o comércio internacional sempre foram bemvindas pela Anfavea. Na ocasião da reformulação das tarifas, tal fato não chegou a indicar, na vista do setor, possibilidade de abertura de mercado como a que realmente ocorreu nos anos seguintes.

Houve discussões acerca do programa político, em meados de 1989, com o então candidato Fernando Collor de Mello?

Absolutamente nenhuma. Fernando Collor foi o responsável pela virada na economia do país porque teve coragem de quebrar certos tabus, como este da abertura de mercado, porém não houveram discussões sobre quaisquer itens da política econômica em nenhum momento. A própria Ministra Zélia Cardoso de Mello não era a pessoa certa para o trato de assuntos econômicos, excessão para alguns de seus assessores. Concluindo, tivemos vários atritos com a equipe econômica de Collor mas aplaudimos o rumo que ele deu à economia naquele momento.

Houve possibilidades de discussões com a equipe econômica sobre redução das alíquotas e prazo de redução?

O cronograma da abertura devia antes de mais nada ser feito sob um planejamento de longo prazo e com segurança e certeza e não com repentes e decisões de última hora. Exatamente, devia-se estabelecer na época prazo de redução de dez anos, com reduções de X% ao ano até atingirmos Y de patamar. Essa informação seria então amplamente divulgada para que as empresas pudessem se ajustar às novas condições tarifárias. Infelizmente, o que ocorre é uma redução de 80 para 15% e novamente o retorno à 80%, com conseqüente impacto tremendamente negativo para o investidor estrangeiro. A abertura programada, com tempo e segurança para a indústria nacional adaptar-se, além de não ser feita, sequer foi discutida com membros da equipe econômica.

Como foram as participações nas Câmaras Setoriais, na época da Ministra Dorothea Werneck?

O que se notou nessa época, e mesmo antes da entrada de Dorothea Werneck, foi uma falta de vontade política, no impedimento da entrada de

algumas pessoas. Com a entrada de Dorothea, as Câmaras tomaram caráter de assembleísmo, com entrada de um sem número de pessoas e, com isso e usando uma certa caricaturagem, só conseguia discutir alguma coisa quem se sentasse à mesa.

Dentro das Câmaras Setoriais, não houve comprometimento firme nem por parte do governo nem por parte do sindicato dos trabalhadores, como nas questões salariais, ao passo que os empresários teriam incondicionalmente que se comprometer com níveis de preço e investimento.

Resumidamente, as Câmaras Setoriais foram então palco de assembleísmo e comprometimento unilateral. A Ministra Dorothea chegou até a ser deselegante ao não convidar o então presidente da Anfavea, Jaci Mendonça, para uma última reunião na Câmara Setorial. Compareceu o vice-presidente.

Como foram as discussões com o Governo acerca do Mercosul?

O governo não abriu espaço para a Anfavea, na ocasião dessas negociações. A entidade era informada indiretamente dos resultados, e, mesmo relativamente satisfeita com os mesmos, os modos como eram feitas as negociações, com caráter exclusivista, eram amplamente criticados.

Quanto ao surto de importações de carros, a Entidade procurou influir no fluxo de importações, procurando impor sistema de cotas ou alguma barreira tarifária?

Terminantemente não. Não houve qualquer tentativa de estabelecimento de cotas ou outras medidas que restringissem a importação de carros, até por que, sendo o setor a favor da abertura para agilizar os processos de compra de máquinas e equipamentos, seria incoerente tentar barrar as importações de carros. Foi enfatizada a colocação que o setor é a favor da abertura de mercado.

Chegou a haver write-off de ativos ou/e queda na rentabilidade, em decorrência do aumento da competição?

Não houve write-off de ativos, e a rentabilidade, até os anos de 1990, aumentou. Com o aumento da demanda a rentabilidade sobre o patrimônio das montadoras cresceu consideravelmente.

A Anfavea conseguiu o atendimento de alguma reivindicação importante junto ao Congresso?

A atuação da entidade junto ao Congresso foi sempre de persuasão a longo prazo, até que surtiu alguns efeitos positivos, como a redução à discriminação do capital estrangeiro. Algumas atuações foram feitas em caráter emergencial para conter certas medidas, principalmente vinculadas à diminuição da poluição. Houve caso em que deputado propôs medida em que os carros novos, a partir de determinada data, não poderiam mais poluir o ar.

O Congresso brasileiro difere essencialmente do americano no que diz respeito ao amadorismo dos lobbies. Nos E.U.A., os lobbies são muito mais organizados, articulados e profissionais.

As discussões com deputados eram feitas em número de dois a três, de cada vez, porém aos poucos a entidade foi formando opiniões.

Como o setor foi impactado, na questão da coesão, em relação às políticas governamentais? Por exemplo, no caso do Sindipeças, uma chapa de oposição foi vencedora.

Realmente houve divergências no setor quanto ao processo de abertura. A idéia de que o setor automobilístico é coeso é um mito. Sempre existiam posições divergentes, como a notória posição da FIAT, mas que foram superadas por um consenso.

Qual a avaliação que o senhor faz da abertura econômica, numa escala que vai de (1) - muito negativa - a (6) - muito positiva?

Avalio a abertura de mercado como muito positiva.

DADOS DA ENTIDADE

Número de Empregados : 30

Possui escritório em Brasília : Sim

Número de viagens em média por mês a Brasília : 8

Valor aproximado do orçamento anual : US\$ 500.000,00

ENTIDADE : SNIC - SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO

SETOR : CIMENTO

ENTREVISTADO : FRANCISCO F. SANZ ESTEBAN

CARGO : PRESIDENTE

Houve alguma modificação importante na lista de reivindicações junto ao governo no período que vai do final do Governo Sarney a início do Governo Collor?

Não houve mudança na lista de prioridades.

Nota-se nos últimos anos queda no consumo de cimento em função de crises econômicas, já que o governo interrompeu ou diminuiu o processo de construção de obras públicas. Temos que voltar nossos esforços então para a construtor privado.

Requeremos, portanto, a estabilização econômica para que possa haver um sistema de financiamento a longo prazo para o usuário de moradia. Temos também voltado esforços para a minimização dos custos de construção de casas populares, com intensas campanhas de esclarecimento para a população.

Outra reivindicação importante é a manutenção das rodovias federais e estaduais para melhor escoamento da produção de cimento.

Em 1988/89 o Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega fez uma reforma nas tarifas de importação. Esse fato sinalizou para o setor a possibilidade de uma abertura econômica como a que ocorreu no Governo Collor?

Sim, a partir deste momento houve preocupação com a abertura. Porém o rebaixamento das tarifas não impactou de forma negativa o setor, pois o cimento é um produto de pequeno valor e de baixo valor agregado, como uma commodity, e sobre produtos importados recaem os custos de transporte que acabam por encarecer o produto e inviabilizam sua compra por consumidores nacionais. Na primeira reforma das tarifas, a indústria nacional estava com capacidade ociosa e podia eventualmente suprir até picos da demanda interna.

Pode-se dizer que o processo de abertura de mercado é sadio e legítimo, desde que respeitadas as regras do Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

Tem existido preocupação com a entrada de produtos que são vendidos por valores menores que seu custo (dumping). O presidente do SNIC cita o caso da Espanha onde a alíquota 0% permitiu a entrada de cimento do Leste Europeu, vendido a preço menor que seu custo variável (!).

A única restrição que se pode colocar à abertura é a necessidade de uma garantia de que os produtos importados aqui vendidos terão preços de mercado internacional.

O setor de cimento tem uma vantagem competitiva com relação aos importados que é o custo do transporte. Porém a capacidade ociosa do setor e a enorme quantia de custo fixo a ser inserida no preço não causa problemas na competitividade?

Sim, em situações normais. No entanto tem havido grandes esforços para aumentar a produtividade e reduzir os custos, para que o preço não seja impactado pela capacidade ociosa.

O consumo de energia se reduziu sobremaneira por desenvolvimento e atualização tecnológica, tanto a nível de combustível como em processos como a moagem de cimento.

Com a abertura de mercado, e estando os preços do cimento na época de economia fechada mais altos que os preços do mercado internacional, houve queda de preços e queda na rentabilidade? Chegou a existir queima de ativos?

Houve queda de preço ao longo dos últimos anos, porém em decorrência da otimização dos processos, aumentos de produtividade e aumento da concorrência. Desde a implementação da URV até o momento, os preços caíram em média 20%, e a tendência é de queda se não houver aumentos nos custos de mão-de-obra, matéria-prima, energia elétrica e combustíveis. O preço no mercado do consumidor-formiga, aquele que compra pequenas quantidades para a construção da casa própria ou outro estabelecimento, é hoje de R\$ 5,00, plenamente compatível com os preços do mercado internacional e até mesmo abaixo da média de preços do mercado externo.

O aumento da competição fez com que 10% das unidades fabris nacionais fossem desativadas, além do que os fabricantes concentrarem sua produção nas unidades de maior capacitação tecnológica e maior

produtividade. Estas unidades só se reativarão com o restabelecimento da demanda normal.

A rentabilidade foi impactada pela necessidade de fechamento de fábricas. Estas unidades só não foram definitivamente desativadas pela própria natureza capital-intensiva do setor, onde entradas e saídas se fazem com muita dificuldade.

O SNIC manteve contatos com o então candidato Fernando Collor para a discussão de pontos de seu programa modernizante de governo?

Não. Apesar de sua atuação como presidente não ter sido própria, o programa de abertura econômica iniciado por ele foi de fundamental importância para a economia do país, seja pela modernização da indústria, pela queda de preços ou pelo controle inflacionário.

Qual a avaliação que o senhor faria da abertura econômica , numa escala de (1) - muito negativa e (6) muito positiva?

Nota 3,5 a 4. A política de abertura é benéfica para as indústrias, para a sociedade e para o país, portanto devemos apoiá-la.

DADOS DO SINDICATO

Número de empresas que representa: 60

Número de funcionários da associação/sindicato: 200
(180 da Associação e 20 do Sindicato)

Possuem escritório em Brasília: Não

Orçamento do sindicato: Entre US\$ 500,000.00 e US\$ 1,000,000.00

Orçamento da Associação : Acima de US\$ 1,000,000.00

ENTIDADE : SINDIVEST

SETOR : VESTUÁRIO

ENTREVISTADO : JORGE NACLE HAMUCHE

CARGO : PRESIDENTE

SINDICATO NACIONAL DO VESTUÁRIO DE SÃO PAULO

Na indústria têxtil e de confecções existem como representantes junto ao Governo a ABIT, a ABRAVEST e o SINDIVEST. Qual desses sindicatos atua mais quanto às reivindicações junto ao governo?

O envolvimento com o Governo se faz com quem mais atua, e não há critério de maioria nesse aspecto.

O SINDIVEST, por exemplo, na questão de abertura de mercado defende alíquotas de 0% para fibras e matérias primas naturais e artificiais, 15% para tecidos e 100% a 200% para a área de confecção, já que esta última não está preparada para enfrentar a competição externa, seja pela situação das próprias fábricas, seja pela alta tributação e custo no Brasil. Existem requerimentos para se estabelecer na área de confecção barreiras não tarifárias.

Na época que Fernando Collor era candidato, houve discussão em torno de seu programa modernizante de Governo?

Não houve resposta direta para a pergunta. O entrevistado menciona a grande quantidade de itens importados após a abertura de mercado. A importação maciça de tecido fez despencar os preços no mercado interno, tanto na área de tecido (matéria prima para a confecção), quanto na área de produtos confeccionados.

Houve movimentação de processos anti-dumping?

A ABIT, ainda no início do Governo Collor, moveu ação que não vingou, contra empresas americanas e asiáticas.

Mas o problema da competição não é apenas devido a ações de dumping. Em parte sim, mas o principal é referente a aspectos de

produtividade, tributação, e custo Brasil, e ainda falta de incentivos para a indústria.

O setor, devido às instabilidades econômicas dos anos anteriores, não é formado por grandes empresas, que acabaram esfacelando-se em empresas menores, que estão agora enfrentando com muita dificuldade a competição internacional. Cumpre lembrar que os maiores prejuízos estão ocorrendo na área de confecção.

Como é o relacionamento com o Governo? O SINDIVEST participa de Câmaras Setoriais, CDI, CPA e outros canais de acesso?

A principal veia de acesso são as Câmaras Setoriais, nas quais são pleiteados os seguintes pontos:

Apoio do Governo , com inclusive subsídios, para a agricultura de base, no caso a de algodão.

Criação do Fundo de desenvolvimento Têxtil, com verbas arrecadadas de taxaço das importações têxteis, administrado por pessoal do ramo.

Criação de subsídios para a indústria.

O CIP foi o grande regulador, na época do Governo Sarney, do mercado, porém foi derrubado pela crescente busca de desregulamentação dos preços.

A reivindicação de aumento de alíquotas da ordem de 100% para produtos acabados confeccionados não se dará por confronto com o GATT, e sim pela regulamentação da Tarifa de Comércio Exterior, que pode ser processo demorado e não prestar a ajuda necessária ao setor. Para não sofrermos restrições do GATT, teríamos que aumentar o ICMS em cinco vezes e permitir importações apenas com pagamento antecipado à vista.

Houve queima de ativos na indústria de confecções com a abertura de mercado?

Apenas a abertura econômica não foi a causa de quebra deira no setor. Aliada à abertura, unem-se para a derrubar as empresas nacionais taxas de juros e prazos de pagamento, além de fatores que já foram citados. A queda da margem foi bastante significativa. Outro problema que afeta o setor são as compras no Paraguai, onde o governo deixa de arrecadar e o varejista deixa de vender aqui no Brasil.

Nas negociações com o Governo o SINDIVEST e a ABIT por vezes trabalham em conjunto. Qual a principal diferença entre as associações?

O SINDIVEST enxerga os problemas da ABIT, só que o contrário não ocorre. Nós entendemos a necessidade de subsídio e financiamento para os produtores têxteis, só que a ABIT não entende nosso problema de máquinas de costura com preços elevados, pois cada associação é uma ponta de toda a atividade.

A ABRAVEST é uma associação muito elitizada, onde há influência demasiada de grandes empresas, como Forum, Rhodia e Fibra.

O setor de confecção não tem representatividade na Federação das Indústrias de São Paulo, através da ABIT, pois esta está atrelada apenas aos pontos de vista dos produtores de tecido, não vendo a importância de uma boa eficiência da rede varejista para o sucesso de toda a atividade têxtil no Brasil.

As reivindicações na Câmara Setorial foram atendidas?

Foi atendida apenas a reivindicação de baixa da alíquota de tecidos. Porém todas as outras reivindicações de desenvolvimento e financiamento não foram consideradas.

DADOS DO SINDICATO

Número de empresas que representa: < 50% do faturamento do setor.

Número de funcionários: < 5

Possui escritórios em Brasília: Não

Número médio de viagens de algum membro do sindicato à Brasília: 3

Orçamento anual: US\$ 500,000.00

ENTIDADE : ABIPLAST

SETOR : PLÁSTICOS

ENTREVISTADO : MERHEG CACHUM

CARGO : PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA PLÁSTICA

Houve mudança na lista de reivindicação junto ao governo no período que encobre o final do Governo Sarney e início do Governo Collor?

Não houve resposta para a pergunta. O interlocutor menciona a importância da abertura para a importação de máquinas e equipamentos com novas tecnologias.

A Associação teve contato com órgãos como o CIP, CPA, CDI e outros? Como foi a participação nessas entidades ?

A participação maior ocorreu no CIP. Não há referência a como foi essa participação , citando o interlocutor apenas o problema do controle de preços do Governo.

Em 1988 e 1989 houve uma reforma nas tarifas de importação feita pelo Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. Esse fato chegou a sinalizar para o setor a possibilidade de uma efetiva abertura da economia?

Não. A efetiva sinalização de abertura drástica ocorreu apenas no início do Governo Collor. Até aquele momento havia muita indefinição sobre o tema.

A ABIPLAST teve contatos com o então candidato Fernando Collor de Mello sobre pontos de seu programa modernizante de Governo?

Não.

Houve contatos com a equipe econômica da Ministra Zélia Cardoso de Mello no sentido de estender ou reduzir o prazo de abertura da economia?

Pode-se dizer que tentativas de reduzir o prazo de abertura não ocorreram, pelas dificuldades encontradas por empresas do setor em competir com produtos importados da Ásia que muitas vezes tinham preços subsidiados pelos respectivos Governos. Tentativas de se estender o prazo não puderam ser afirmadas pelo interlocutor devido a sua precocidade no cargo de presidente da ABIPLAST.

Com a entrada de Marcílio Marques Moreira na Pasta da Fazenda, houve o reativamento das Câmaras Setoriais. Como foi a participação da ABIPLAST nessas Câmaras?

A participação nas Câmaras Setoriais foi intensa, pois o plástico está presente em qualquer ramo de atividade industrial.

Temos participado, inclusive, desde o início de sua implementação até hoje, da Câmara Setorial Automotiva.

O setor de plásticos tem problema com escalas de produção na competição?

A escala é fator importante em qualquer setor. Mas para se ter escala é preciso estabilidade e condições estruturais, como aumento de tecnologia.

Como foi a participação da ABIPLAST nas discussões acerca da Tarifa Externa Comum do Mercosul?

A participação na delegação brasileira é feita desde 1991, pela iniciativa privada, assessorando a equipe do Governo nas negociações.

Foi criado, inclusive, um órgão chamado COMIPLAM, Câmara da Indústria de Plástico no Mercosul, para auxílio nas discussões.

De maneira geral o nível de alíquotas alcançado no fim das negociações foi razoável, bom ou ruim dependendo do produto. No caso da resina, houve um avanço pois a indústria nacional não tem capacidade para atender toda a demanda por essa matéria-prima, e na medida que a alíquota foi reduzida, houve facilidades para a aquisição da mesma. Fazemos parte da última lista de exceções.

Com a abertura e maciça importação de plástico transformado, chegou a haver no setor queima ou "write-off" de ativos?

A queima de ativos foi muito mais devida a recessão no início dos anos 90 do que a própria abertura. Até o momento, a competição com os importados não representa um problema muito grande para o setor.

O Congresso ajudou a ABIPLAST em alguma reivindicação importante feita pela Associação?

Não, mesmo porque boa parte das reivindicações são feitas junto ao Ministério da Indústria e Comércio e ao Ministério da Fazenda. Em geral temos tido sucesso nas reivindicações.

Reivindicação importante é feita hoje no sentido de agilizar o processo de financiamento para pequenas e médias empresas. O financiamento hoje é parcial, de cerca de 80%, e requeremos financiamento total pelo FINAME, com maior prazo de pagamento e juros internacionais.

Vale mencionar o ganho de produtividade alcançado pela indústria de plástico brasileira com as novas tecnologias implementadas nas plantas industriais, ganho este que favoreceu na preferência de empresas multinacionais ao plástico nacional, em detrimento à fornecedores externos.

Como é a avaliação do processo de abertura de mercado, numa escala de (1) - muito ruim - a (6) muito positiva?

Nota 4. O processo de abertura foi mais que necessário, mas sobram críticas à sua administração que de modo geral não permitiu tempo hábil para que as empresas se aparelhassem adequadamente. Não houve balizamento na competição.

Cumprir dizer que o empresário brasileiro ainda não possui segurança para fazer um planejamento e financiamento efetivo para a total modernização das plantas decorrente da instabilidade econômica de todos esses anos.

DADOS DA ENTIDADE

Número de empresas que representa: 6000 (inclui não associados). As empresas associadas representam 80% do faturamento do setor.

Número de funcionários da entidade: 10

Possuem escritório em Brasília? Não.

Número médio de viagens por mês de algum membro da Associação a Brasília para discussões com o Governo: 10 viagens por mês.

Orçamento da Entidade: Até US\$ 1,000,000.00

ENTIDADE: ABRAB

SETOR: BEBIDAS DESTILADAS

ENTREVISTADO: FABRIZIO FASANO

CARGO: PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BEBIDAS

Houve mudança na lista de reivindicações da Associação junto ao Governo no período do final do Governo Sarney e metade do Governo Collor ?

Não houve mudança na lista. As principais reivindicações continuam relacionadas à impostos cobrados pelo Governo.

O Governo tem atendido a alguma reivindicação do setor ?

Sim. Redução do IPI logo quando Collor assumiu.

Ainda no final do Governo Sarney, a ABRAB chegou a participar de alguma comissão governamental, como CIP, CPA ou CDI ?

Não possuímos sequer Câmara Setorial.

Em 1988 e 1989 o então Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega propôs uma reformulação das tarifas aduaneiras. Esse fato sinalizou para o setor a possibilidade de uma abertura nos moldes da que ocorreu no Governo Collor ?

Não. Isso só ocorreu quando da efetiva abertura da economia do Governo Collor, quando foram extintas as restrições de cotas de importação. Antigamente era-se necessário subfaturar as importações, fato que tornou-se desnecessário hoje. Note que nossa Associação representa apenas produtores de bebidas destiladas, por isso não representamos produtores de vinho e cerveja.

Houve contatos com o então candidato Fernando Collor para discutir pontos do programa de Governo ?

Não. Nossa representatividade não pressupõe acordos e discussões com o Governo. O setor inteiro de bebidas não representa 1% no cálculo do índice de inflação. Nós também não fomos impactados em nada com a abertura.

E os produtores de uísque nacional, não foram impactados com a abertura de mercado ?

Não, pelo contrário. O uísque escocês sempre esteve presente no Brasil, através de contrabando. Com a abertura, o contrabando diminuiu em prol da entrada legal de bebidas no país.

Participam de discussões sobre a Tarifa Externa Comum do Mercosul ?

Não, apenas participamos da normalização técnica.

A ABRAB tem algum contato com o Congresso para atender reivindicações ?

Temos, mas não tanto para atender reivindicações.

Discutimos as leis que limitam o consumo de álcool, leis que obrigam a colocação de rótulos que indicam os males que o excesso de álcool traz para a saúde, leis que controlam a publicidade das bebidas alcoólicas, todas feitas para moderarem o consumo. Os produtos de álcool têm a imagem prejudicada pelo consumo excessivo dos alcoólatras, que denegram a imagem do nosso produto, mas que felizmente, representam menos de 10% do mercado consumidor. A maioria do mercado, mais de 90%, consome socialmente bebidas alcoólicas.

Ocorreu "write-off" de ativos no setor de bebidas destiladas com a abertura de mercado ?

Não, pelo contrário, porque várias indústrias passaram a ser importadoras de bebidas como uísque escocês, tequila mexicana e outras. Problema maior houve com o vinho alemão, que está com preços bastante

competitivos e prejudicando produtores nacionais, mas não tanto pela abertura da economia e sim pela super-safra de vinhos que ocorreu na Europa, com conseqüente diminuição de preço. Também a imagem de produto importado do vinho alemão ajuda nas vendas, pelo preconceito aos produtos nacionais.

Qual a avaliação que a ABRAB faz do processo de abertura da economia, numa escala de (1) muito negativa e (6) muito positiva ?

Entre 4 e 5.

DADOS DA ASSOCIAÇÃO

Número de empresas que representa: 70

Número de empregados da Associação: 6

Possuem escritório em Brasília ? Não, porém existe empresa que representa o setor em Brasília.

Número médio de viagens de algum membro da Associação à Brasília para contatos com o Executivo e Legislativo: 1 por semana, incluindo viagens ao Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

Orçamento da Entidade: US\$ 500.000,00 / ano

ENTIDADE : ABICOMP

SETOR: COMPUTADORES

ENTREVISTADO: CARLOS ROCHA

CARGO: PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE COMPUTADORES

Quais eram as principais reivindicações da ABICOMP junto ao Governo no final do período Sarney ?

A ABICOMP tem uma característica que a diferencia das demais Associações que se define como uma visão de longo prazo e de investimentos no país. Pode-se definir dentro desse contexto duas principais correntes de ação: a conservadora, que defendia proteção à indústria nacional e maiores restrições ao capital estrangeiro e uma outra linha que propunha abertura gradual dos investimento externos com planejamento de longo prazo e uma política que coordenasse a relação entre investimento local e o investimento externo. Por exemplo, seguindo o esclarecimento dessa segunda linha, depois do Governo Collor, fica-se claro que reserva de mercado não é privilégio apenas do setor de informática, pois tem-se reservas de mercado violentas nas áreas de construção civil, comunicações e operações financeiras, com inclusive restrições totais à entrada de capital estrangeiro, fato que diferencia esses tipos de proteção da reserva de mercado do setor de informática, onde na faixa mais complexa do mercado existe participação estrangeira e na faixa menos complexa promove-se o desenvolvimento de uma tecnologia nacional. Segundo o presidente da ABICOMP, outra característica que diferencia a ABICOMP das demais Associações é a formulação de uma política industrial, única na história da industrialização do Brasil, que conectou fortemente política tecnológica à política de investimento industrial com base nos investimentos das empresas.

Porém nota-se ausência de visão de longo prazo e priorização de interesses menores na cúpula governamental já a partir do Governo Figueiredo e mais ainda no decorrer da gestão Sarney. Nas discussões da constituinte desse último, o que se procurou não foram restrições ao capital estrangeiro, e sim condições para que a empresa nacional, sabidamente de menor porte e menor capacidade econômica, pudesse ter condições de competir com empresas internacionais.

Vê-se hoje que o Brasil sofre um processo de desindustrialização no setor, com forte diminuição da proporção de investimentos nacionais em favor de um aumento brutal da participação do investimento estrangeiro. Essa relação de investimento se deteriorou ao longo dos anos para a indústria nacional o elo fato, entre outros, da dificuldade de se conseguir crédito financeiro entre empresas, em primeiro lugar devido à pequena capacidade econômica de se auto financiar e em seguida às dificuldades de financiamento junto ao BNDES, que financia eficientemente capital de giro apenas para setores industriais mais tradicionais. Posto esta situação, as empresas nacionais são obrigadas a recorrer a bancos para obterem crédito e pagam juros de CDI de 100% a.a., enquanto empresas estrangeiras têm crédito facilitado no exterior a juros de 10% a.a.

O que se buscou, portanto, na época da constituinte, foi a implementação de uma política industrial que fosse compatível com as regras do GATT e que permitisse o fortalecimento das empresas locais.

Políticas semelhantes são vigentes em países como Japão e Coreia do Sul. Lamentavelmente o Brasil sofre uma forte influência econômica e cultural dos E.U.A., que têm buscado nos últimos anos sanar seu problema de déficit econômico com a ocupação de mercados latino-americanos.

O problema das variações da política comercial, com aberturas e fechamentos de mercados, deve ser olhado por um prisma econômico. Desde a década de 60 até meados dos anos 70 o Brasil foi superavitário na Balança Comercial. Com o choque do Petróleo no final dos anos 70 começa-se a obter déficits na Balança Comercial. O setor de informática, cujos produtos já eram os terceiros na pauta de importações, têm então o mercado fechado quando da elaboração da lista de proibições de importações, o chamado Anexo C da Cacex, com prejuízo à indústria local, que até então vinha obtendo acesso facilitado aos componentes e insumos, mesmo com impostos de entrada de 100%.

Ainda durante o Governo Sarney, de quais órgãos de política industrial a ABICOMP participava ?

O relacionamento com o CIP foi pequeno. Maior participação foi obtida no Conin (Conselho de Informática) e na Secretaria de Ciência e tecnologia.

Em 1988 e 1989, houve uma reformulação das políticas aduaneiras por Mailson da Nóbrega, então ministro da Fazenda . O fato chegou a sinalizar para o setor possibilidade de abertura econômica como a que houve no Governo seguinte ?

Não houve qualquer tipo de sinalização. A ABICOMP inclusive participou da CPA (Comissão de Política Aduaneira) na reestruturação das tarifas aduaneiras no sentido de criar uma estrutura de tarifas de importação que fossem industrializante, ou seja, que permitisse a compra de insumos, matéria-prima básica e componentes e módulos por indústrias nacionais. Porém foram conseguidos resultados longe dos que eram necessários, mesmo porque o sistema tributário brasileiro sempre foi calcado sob o sistema produtivo, fato que interfere em muito na formulação de preços e é a raiz da problemática de preços elevados, destarte o efeito da competição.

A ABICOMP manteve contatos com o então candidato Fernando Collor sobre temas de sua campanha modernizante de Governo ?

Não, pois a ABICOMP é uma entidade empresarial que está independente dos contextos políticos.

Porém a entidade interagem com as equipes de formação do plano de Governo dos candidatos que se colocam à disposição para este tipo de contato.

Em 1989, os maiores contatos foram feitos com as equipes de Collor e Lula, que logo se mostraram os dois principais candidatos.

Com a vitória de Collor em segundo turno foi preparado um documento com os principais pontos para uma política industrial na área de informática, que lhe foi entregue em dezembro daquele ano, e que inclusive contou com a ajuda de Winston Fritsch, posterior secretário de Política Econômica.

Como Collor não possuía uma política industrial definida para a área, tentou-se sucessivamente estabelecer-se canais de contato entre a ABICOMP e a equipe econômica, num primeiro momento através da secretaria de Ciência e

Tecnologia, e depois com o aprofundamento das negociações com o Conin (Conselho de Informática). Todas as conversas estavam embasadas na lei de reserva do mercado que estabelecia proteção à indústria até outubro de 1992 e a partir dessa data, então, era-se necessário colocar em prática uma política de fomento ao desenvolvimento de setor.

Então houve uma certa disposição do Governo em negociar prazos de redução de alíquotas e outros pontos do programa de abertura ?

Mas os prazos de redução não se deram de modo planejado. No início todos os membros da equipe econômica estavam preocupados em eliminar imediatamente a reserva de mercado sem a preocupação em formular política que preservasse investimento industrial e eliminasse as restrições ao investimento externo. Em outubro de 1990, Collor enviou um projeto de lei para o Congresso que eliminava reserva de mercado e acabaria com a lei anterior sem colocar nenhum projeto no lugar. Não havia um balizamento de competitividade, onde o investimento externo. Em outubro de 90, Collor enviou um projeto de lei para o Congresso que eliminava a reserva de mercado e acabava com a lei anterior sem colocar nenhum projeto no lugar. Esse episódio iniciou uma ampla negociação com o Congresso que culminou com a aprovação da nova lei de informática e automação em outubro de 91, que acabou por trazer uma nova política mais coerente com a realidade do setor. Porém isso tudo só foi possível com uma forte atuação junto ao Congresso, pois se Collor tivesse uma base parlamentar não haveria projeto para a área de informática e hoje não se teria os investimentos que estão acontecendo por empresas como IBM, Compaq, Acer HP.

O projeto Fernando de Collor era contra os interesses do país, na medida que nele não havia um balizamento de competitividade, onde a indústria local pudesse interagir com o investimento externo. Não podemos apenas depender de investimentos estrangeiros, que vão e voltam dependendo dos benefícios e incentivos de cada país, devemos sim procurar desenvolver uma indústria local forte com condições para competir com concorrentes internacionais no mercado interno.

Como foi a relação entre a ABICOMP e as Câmaras Setoriais? Houve resultados positivos nas negociações?

O setor sempre procurou participar da formulação de políticas industriais através dos canais e instrumentos que o governo oferecia para isso. Porém se

não houver vontade política por parte do governo em desenvolver políticas industriais todas as participações nos instrumentos de acesso tornam-se inócuas.

Nosso setor foi um dos que mais ativamente atuaram nesses canais, Câmara Setorial e Programa Brasileiro de Qualidade e Competitividade, principalmente, e a prova de participação nesse último foram os constantes e sucessivos certificados de ISO 9000 obtidos por indústrias de informática.

A participação nas Câmaras Setoriais também foi intensa, tanto quanto a participação no conin, sendo que este último foi fechado tempos depois por razões técnico-burocráticas e não mais ativado por falta de vontade política do governo. Exatamente, o Conin foi desativado logo após o envio da lei de informática ao Congresso, em fins de 1991. Logo após isso o canal encontrado para a discussão de políticas foram as Câmaras Setoriais.

Nas Câmaras Setoriais eram discutidas primordialmente a reestruturação das tarifas de importação. Especificamente, o setor propunha a diminuição das alíquotas para a compra de bens e insumos, fato que ocorreu apenas em junho de 92. Também foram discutidas normas de regulamentação do Mercosul, reestruturação da política Tributária, simplificação dos processos de importação, e medidas para minimizar sonegação de impostos e contrabando via tecnologia de automação colocada à disposição da Receita Federal e da Polícia Federal.

Nas discussões do Mercosul, existem várias reclamações que o governo se fechou na elaboração das alíquotas, após a relativa abertura das discussões nas Câmaras Setoriais. Como foi a relação da ABICOMP com esse processo?

A ABICOMP participou intensamente de todas as negociações. Ficou claro desde o início que os interlocutores dos outros países do Mercosul seriam representantes de empresas multinacionais com interesses legítimos que por vezes não eram compatíveis com os interesses do país em questão.

Houve trabalhos de reestruturação da nomenclatura e da reestruturação das alíquotas, e amplos esforços para se evitar, já no final das negociações, que Winston Fritsch liberasse as tarifas de maneira estapafúrdia, por sua opção teórica, extremamente equivocada, ou por estar envolvido na defesa de interesses específicos.

O Presidente da ABICOMP acredita que a política de liberalização econômica irrestrita está vinculada ao interesse americano de alcançar superávits na balança comercial depois de anos de déficit. Vários países do

mundo protegem suas indústrias e tem saldos super superavitários com os E.U.A.

O raio de ação dessa política se estendeu, muito mais do que qualquer outra parte, para a América Latina, onde a influência americana é marcante.

Em geral, as associações de indústrias acreditam que o Congresso é ineficaz no atendimento às reivindicações. A ABICOMP teve o mais alto nível de demanda por reivindicação, notadamente com a aprovação da lei de informática. Qual foi o diferencial na atuação da Associação junto ao Congresso que permitiu esse favorecimento ?

Na articulação com o Congresso estavam envolvidos uma massa de empresários brasileiros que, além de defender seus interesses econômicos também defendiam os interesses do Brasil, com intensa busca por uma política industrial nacional e que por sua própria natureza de empresários nacionais, não poderiam mover suas fábricas para ambientes mais promissores de acordo com situações macro-econômicas e políticas industriais diferentemente dos executivos de multi-nacionais, que utilizam-se dessa mobilidade.

Estava claro, portanto que o grupo de empresários nacionais buscava uma política industrial que favorecesse o desenvolvimento de tecnologia e a criação de empregos e com isso conseguiu sensibilizar boa gama de parlamentares.

A fórmula, para sucesso no pleitos, se traduz pela formação de grupo de empresários locais, com bom embasamento teórico e boa visão política com interesses compatíveis com os interesses nacionais e prontos para apresentar teses que sejam benéficas para o Brasil. O Congresso é muito mais honesto do que parece.

Com a abertura econômica houve "write-off" de ativos no setor de informática ?

O problema não foi com a abertura, e sim com o modo pela qual foi implementada, sem planejamento e com pouca organização. A integração do Brasil no livre comércio internacional é positiva, desde que haja uma política industrial e um balizamento de competitividade.

DADOS DA ABICOMP

Empresa: Mais que 80% do faturamento com entrada da IBM.

Número de empregados: menos que 20

Tem escritório em Brasília: Existia um representante contratado

Orçamento: Entre US\$ 500.000,00 a US\$ 1.000.000,00

Número de viagens a Brasília: Momentos de reivindicação mais de 20 por mês

ENTIDADE: ABAL

SETOR: ALUMÍNIO

**ENTREVISTADOS: ADJARMA AZEVEDO E WILLIAM
MITSUO OKAI**

**CARGOS: DIRETOR E COORDENADOR DEPTO.
RELAÇÃO EXTERNAS**

**No final do Governo Sarney em que tipos de órgãos a ABAL
mantinha relações ?**

Como Associação, a ABAL tem como objetivos principais entender o mercado do alumínio, proporcionar informações para o processo decisório das indústrias e encaminhar os interesses do setor até o âmbito governamental. Tendo a mais de vinte e cinco anos livre trânsito nos órgãos governamentais a ABAL em 1994, junto a parte executiva, mantinha relações em órgãos como o CIP, o CPA e a CACEX, e, no que tange a área institucional, o Ministério das Minas e Energia.

**Como foi a participação da ABAL especificamente no CPA?
Possuíam adendo para discutir tarifas e exclusões do Anexo C ?**

Não possuía adendo e todas as discussões eram em torno de tarifas e medidas anti-dumping. Para todos esses pontos a presença de representantes da ABAL era fundamental e estes eram chamados pelo governo em primeira mão quando estes assuntos estavam em pauta.

**Quais eram as principais reivindicações da ABAL no final do
governo Sarney?**

As principais reivindicações eram :

- Fim do ICMS nas exportações,

- Fim do Controle Interministerial de Preços para a indústria do alumínio em troca da retirada das alíquotas de importação. A liberação de preços era importante para viabilizar a atuação do setor no mercado internacional.

- Reestruturação do setor elétrico com o objetivo de diminuir os custos industriais com energia elétrica, essencial para o processo de industrialização do alumínio. A reestruturação incluía racionalização dos custos e downsizing em empresas estatais.

Nesse ponto, houve intensa participação da associação no "revise" da Eletrobrás, mas sem grandes esperanças em função do estreito foro de discussão.

- Questionamento da indústria de Alumínio no Brasil, pela Comissão de Minas e Energia do Ministério, num estudo de dois anos.

Numa ação em conjunto com o então Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega e o Ministro da Indústria e Comércio José Hugo Castello Branco, houve em 1988 uma reestruturação das tarifas aduaneiras. Esse fato chegou a indicar a possibilidade de uma efetiva abertura comercial, como a que houve no governo Collor?

Há enormes dificuldades para formulação de políticas industriais no Brasil. Nessa ocasião, a ABAL não era favorável á manutenção da alíquota de 37% (que mais tarde foi diminuído para 20%), mas houve uma grande incoerência no momento, que foi a diminuição das alíquotas sem antes racionalizar os custos do setor elétrico, que ainda hoje são dos mais elevados do mundo.

Na época da eleição de Fernando Collor, a ABAL teve contato com os candidatos à presidente para discutir pontos e problemas do setor ?

Antes do final das eleições a ABAL, em conjunto com outras associações, realizou inúmeros trabalhos para divulgação política com o intuito de chamar a atenção das autoridades para os problemas do setor. Os principais trabalhos foram os que estiveram relacionados com a liberação dos portos e com a mudança da estrutura do setor elétrico. No caso dos portos ouve uma certa receptividade com a posterior lei que regulamenta a reforma portuária.

Após a posse de Fernando Collor, as alíquotas começaram a cair gradativamente. Esse fato preocupou o setor? Houve discussões com Zélia Cardoso de Mello e sua equipe econômica?

A preocupação sempre existe pois a possibilidade do processo ser conduzido de maneira desorganizada nunca deixa de existir. Porém, de modo geral, a indústria de alumínio se preparou para a abertura, reduzindo e administrando os custos que estavam ao seu alcance e influenciando em custos que estavam sendo mantidos por terceiros, principalmente a energia elétrica, nas mãos do governo. A abertura, ou melhor dizendo, a idéia de uma abertura econômica era bem vista pela associação de modo geral.

O processo de abertura foi então tranquilo para o setor?

Não se pode falar em tranquilidade num setor que congrega um número de indústrias como a do alumínio. Existem sempre posições opostas gerando conflitos, e a associação tem administrado bem essas discussões. Na questão da elaboração da tarifa externa comum, por exemplo, houve conflito. Alguns produtores primários defendiam a não imposição de alíquotas e outros eram a favor da cobrança. Hoje a alíquota da tarifa externa comum é de 6%.

Uma observação frequente dos dirigentes de outras associações e sindicatos diz respeito à intransigência do então presidente Fernando Collor. O que a ABAL pode dizer sobre as discussões com o Presidente ou com membros da equipe econômica?

De fato, não chegava-se a Collor, somente à Zélia e seu gabinete. O Presidente, após tomar algumas medidas, não voltava atrás.

A ABAL chegou a participar ativamente das Câmaras Setoriais e da Comissão Empresarial de Competitividade?

A Associação manteve um relacionamento de bastante participação nesses órgãos, sem no entanto colher resultados esperados. Talvez o único benefício para a indústria oriundo de discussões nas Câmaras Setoriais foi a liberação dos preços dos produtos de alumínio.

Quais eram as reivindicações junto as Câmaras Setoriais?

As principais exigências eram a reestruturação do setor elétrico e a liberação dos preços. Esta última requisição foi alcançada por um acordo, em que nós permitimos a não manutenção de uma alíquota para a importação de alumínio, em 1989.

Em relação ao Mercosul, como foram as discussões, se é que houveram, entre o setor brasileiro e dos demais integrantes?

Houve discussões a nível industrial com os quatro países, onde os interesses particulares do setor foram suplantados pelos interesses geopolíticos. Atualmente, no Brasil, o nível das alíquotas é considerado equilibrado, pois o preço do alumínio, mesmo com alíquota 0, é superior ao preço do produto nacional.

Junto ao Congresso vocês obtiveram boa receptividade com as requisições?

A ABAL tem trabalhado muito com o Congresso, e segundo seu ex-presidente, o parlamentar tem duas necessidades básicas - dinheiro e informação.

A primeira necessidade, para financiamento de campanha, a ABAL não tem condição de prover, porém tem servido de fonte para inúmeros tipos de consulta. A atuação no Congresso obedece um fluxo regido pelas necessidades do setor, com períodos de intensa atuação e outros de menor participação. Neste momento a participação é ativa pois está em pauta as reformas da Constituição.

Eventualmente ocorrem reuniões com parlamentares em Brasília ou na sede da Associação para promoção de discussões anexas dos problemas da indústria.

Houve write-off de ativos na indústria de alumínio ?

Não houve queima de ativos, porém, com a recessão do início dos anos 90 várias fábricas foram desativadas, inclusive duas da Alcoa.

Houve queda de margens na Indústria?

Sim. Apesar dos esforços para melhorias na produtividade e eficiência, a rentabilidade foi impactada pela queda nos níveis de preço, na época da

recessão. Com a redução da produção e conseqüente aumento dos custos fixos, a rentabilidade decresceu.

Atualmente o setor, como toda a economia, passa por uma fase de reaquecimento, com vendas crescentes.

A ABAL se utilizou de ações anti-dumping?

Foi utilizada uma ação contra o pó de alumínio russo, que estava sendo vendido a preços inferiores aos do mercado internacional. A operação de venda fracassou principalmente devido a pouca qualidade do produto russo.

Qual o conceito que a associação tem do processo de abertura de mercado?

O processo foi razoavelmente bom, na medida que trouxe melhorias, como não intervenção governamental, ampliação do mercado, melhorias em produtividade e qualidade.

DADOS DA ASSOCIAÇÃO

Número de empresas: 700

Número de Empregados: 14

Número de viagens à Brasília (média p/mês): 3

Número de viagens ao Rio (média p/mês): 4

Orçamento: 800.000,00 dólares

Possui escritório em Brasília: Sim

ENTIDADE: ABDIB

SETOR: INDÚSTRIAS DE BASE

ENTREVISTADO: ANTONIO T. DE ANDRADE ORTH

CARGO: PRESIDENTE

Quais as principais reivindicações da ABDIB no final do Governo Sarney ?

A principal reivindicação, que já era antiga mas nos últimos dois anos do governo Sarney se intensificou, era a retomada dos investimentos em infraestrutura nos setores elétricos, de telecomunicações, portos e estradas, que estavam escassos desde 1983. Havia alguns investimentos na área privada, basicamente nos setores de papel e celulose e na área de petroquímica.

Existiam reivindicações também na área de comércio exterior, como seguro cambial e seguro de crédito. Como base de tudo isso, requeríamos um sistema de financiamento de longo prazo. Essas eram as reivindicações usuais.

Não houve mudanças na lista de reivindicação na passagem para o Governo Collor ?

Não. As reivindicações se mantiveram.

Em que órgãos a ABDIB mantinha relacionamentos mais intensos, como CIP, CPA ou algum ministério, no período de início da abertura econômica ?

Relacionamentos intensos tivemos com o Ministério da Indústria e Comércio, especificamente na Secretaria de Política Industrial. Tivemos contatos intensos também com o Itamaraty. No Ministério de Minas e Energia os contatos eram diretamente relacionados com as estatais, além do relacionamento usual com o Ministério da Fazenda em torno de assuntos como política da estabilização, congelamento e inadimplência particular do setor elétrico.

Em 1988/89 o então Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega fez uma reformulação nas tarifas aduaneiras. Esse fato chegou a indicar para o setor a possibilidade de abertura econômica, como de fato ocorreu no Governo seguinte ?

No nosso setor específico não houve sinalização, até porque as reduções de alíquotas foram muito pequenas e bem pouco específicas. Porém o programa de abertura de Fernando Collor não pegou o setor com tanta surpresa assim, a não ser em relação ao Anexo C. Especificamente, o setor de bens de capital sob encomenda já convivia sob exposição relativamente alta quando participava das concorrências de financiamentos do BID e do BIRD. Portanto, no aspecto de redução de alíquotas, o setor já tinha uma certa convivência com a baixa proteção. Mesmo o impacto da abertura não foi tão grande sobre o setor, já que não havia muita coisa a ser feita. A demanda, que já era baixa e localizada, passou a ser inexistente.

Quais foram as discussões com o então candidato Fernando Collor de Mello sobre o seu programa de modernização econômica ?

Alguns membros que tiveram algum contato com Collor na época de pré-eleição sempre mantiveram postura liberal quanto a abertura da economia.

A reivindicação principal era a retomada dos investimentos com base numa estabilização econômica.

Pode-se dizer que alguns setores, como o de máquinas, estão sendo impactados de forma acentuada devido à colocação de alíquota zero nas importações.

O setor de bens de capital ainda não sentiu um impacto significativo, certamente pela ainda lenta recuperação da demanda.

Houve preocupação em se discutir com Zélia Cardoso de Mello e a equipe econômica ampliações no cronograma de reduções de alíquotas ?

Não houve essa preocupação. A ABDIB até mesmo apoiava o processo de abertura de mercado como suporte de uma estabilização da economia. O grande problema do setor sem dúvida era a demanda desaquecida.

A ABDIB chegou a desenvolver um trabalho mais persistente junto ao Congresso para obter resultados em suas reivindicações ?

O trabalho no Congresso foi razoavelmente persistente, principalmente em torno de aspectos como isenção fiscal e financiamentos a longo prazo. A política de abertura nunca foi pauta importante nas reivindicações.

O principal era a luta para a retomada dos investimentos na infraestrutura, com intensa apresentação de palestras e seminários.

Na ABDIB houve casos de queima ou desativação de ativos por causa da abertura da economia ? (Por exemplo: A Petrobrás diminuiu o índice de nacionalização das compras de 90% para 70%)

Recentemente tivemos queixas em alguns setores da indústria sobre produtos como tubos de aço, plataformas e equipamentos para essa plataformas. Acredita-se que os prejuízos tenham sido relativamente grandes, pois a queda na produção é evidente. Mas esses prejuízos foram em função de produtos que tinham subsídio fiscal muito alto, como os tubos de aço vindos do México, em detrimento à cascata de impostos internos aqui no Brasil, ou em função de financiamento que fornecedores externos colocam à disposição da Petrobrás, opção que a empresa não encontrou dentre os fornecedores brasileiros.

A abertura econômica foi responsável pela queda nas margens de lucro no setor de bens de capital ?

Não. A responsabilidade pela brutal queda nas margens deve ser creditada à recessão econômica ao aumento da competição decorrente. A rentabilidade só não foi tão impactada nas empresa capitalizadas que obtinham ganhos no mercado financeiro.

Qual a avaliação que a ABDIB têm do programa de abertura econômica. Faça a colocação entre uma escala de (6) - muito positivo e (1) - muito negativo.

Nota entre 4 e 5. O programa trouxe para o setor melhorias de competitividade e racionalização dos processos, barateamento dos preços de setores cartelizados, como o setor de componentes elétricos, e a longo prazo, foi fator fundamental para o desenvolvimento da indústria. Não existe a

possibilidade de sucateamento porque a indústria de bens de capital possui amplas disponibilidades de financiamento para se colocar frente a frente com as indústrias estrangeiras.

As indústrias de bens de capital nacional também dispõe de uma vantagem competitiva sobre as indústrias de outros países que se refere à localidade. Fazer um terminal portuário sem o suporte de fornecedores nacionais, por exemplo, seria o mesmo que importar um prédio.

Prejuízos podem ocorrer em setores de componentes mecânicos e elétricos, muito embora os produtos brasileiros dessa áreas já detenham um nível de competitividade relativamente alto.

A ABDIB tentou alterar algum item do programa de abertura junto ao governo, ou mesmo o cronograma ? Obteve resultados nessa tentativas ?

Não. A ABDIB, na medida do possível, sempre apoiou o programa de abertura e não desenvolveu ações que viessem a alterar algum ponto do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se hoje, se houver retomada dos investimentos em infraestrutura e nas indústrias que requeriam bens de capital, como papel e celulose, química e petroquímica, a tendência de buscar soluções importadas. Porém tentativas de indústrias em encontrar produtos mais baratos no exterior foram frustadas, pois os preços em média encontrados estavam mais elevados que os preços de produtos similares brasileiros, inviabilizando qualquer estreitamento de relações comerciais. A indústria de mineração foi uma das principais precursoras dessa tentativas.

No entanto, se a retomada dos investimentos não ocorrer num horizonte de até dois anos teremos uma retração tecnológica e de capacidade na indústria nacional. Qualquer previsão de aumento das atividades e expansão da indústria de bens de capital hoje é infundada, pois o máximo que pode ocorrer é a recuperar da indústria.

ENTIDADE: ANFPC

SETOR: PAPEL E CELULOSE

**ENTREVISTADOS: MARIO HIGINO N. M. LEONEL
FRANCISCO B. SALIBA
JOSÉ CARLOS B. ROSSI**

**CARGOS: DIRETOR
ADMINISTRADOR
SECRETÁRIO ADJUNTO**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE PAPEL E CELULOSE

INTRODUÇÃO:

A abertura da economia não impactou de forma negativa o setor de papel e celulose. A grande parte das máquinas nas plantas são de origem nacional, e uma pequena parte do maquinário é importado pela lei do similar nacional, onde importa-se com isenção de imposto bens sem similaridade nacional. O setor abastece normalmente o mercado interno e exporta para grande parte do mundo.

O relacionamento entre o Governo e o setor sempre foi saudável, pois o governo considerava estratégico o setor de papel e celulose. O favorecimento se dava por constantes financiamentos do BNDES, pois o setor não pode crescer a taxas esperadas apenas com capital próprio, como qualquer setor capital-intensivo.

As indústrias nacionais de papel e celulose têm uma vantagem competitiva na produção de papel que é o plantio e colheita do eucalipto em sete anos, o que favoreceu a boa colocação da indústria nacional no ranking dos produtores mundiais.

Na época do CIP o setor fazia um melhor planejamento já que os aumentos de preço estavam programados pelo governo. Com a abertura, houve enormes ganhos de produtividade com atualização tecnológica. O atendimento

à demanda interna é total e aumentos eventuais de demanda podem ser compensado com menores exportações.

Quais as principais reivindicações do setor na época do governo Sarney ? Houve mudança na lista após a abertura da economia ?

Não houve resposta para a pergunta. O interlocutor menciona a existência do CIP no Governo Sarney, a reestruturação tarifária de Mailson da Nóbrega e a crise no setor a partir de 1989.

Houve participação da Associação em órgãos governamentais como a CIP, CPA e outros?

A negociação com o CIP era direta, enquanto que nos demais órgãos a participação se dava via Federação e CNI (Conselho Nacional das Indústrias).

O CIP refreava os aumentos de preços do setor pois não permitia aumentos de preço em igual porcentagem ao aumento no mercado externo.

O CPA controlava as alíquotas de importação. Em geral, o custo de investimento em equipamentos e máquinas no Brasil é mais alto do que no Exterior, e o CPA apenas concedia isenção de impostos para máquinas sem similar nacional e com novas tecnologias. Vale ressaltar a influência dos lobbies da ABIMAQ e ABINEE nesta questão.

Após a abertura houve significativa queda no custo de investimento em máquinas?

Grandes companhias como a Aracruz iniciaram projetos de novas plantas a partir do final do Governo Sarney com importações isentas.

Em 1988/89 o Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega fez uma moderada reestruturação nas alíquotas das tarifas de importação. Esse fato chegou a sinalizar para o setor a possibilidade de uma abertura radical como a que houve no governo seguinte?

Sim, porque já nesses tempos se falava em globalização e abertura de mercado, ainda mais no setor de papel e celulose que já comercializava com o mercado externo desde a década de 1970.

O setor de papel e celulose foi favorecido com a abertura de mercado, pelo menos no barateamento dos equipamentos internacionais. A ANFPC tentou discutir pontos do programa de abertura do então candidato Fernando Collor de Mello no sentido de apoiar o processo de abertura de mercado?

Não houve resposta direta para a pergunta. Mencionou-se reivindicações de diminuição da carga tributária e modernização dos portos e, ponto mais relacionado com a pergunta, contatos com a secretaria da Indústria e Comércio sobre programas de qualidade.

Houve tentativas de redução ou aumento no prazo de rebaixamento nas alíquotas junto a equipe econômica na época de Zélia Cardoso de Mello?

Houve pleitos na época de antecipação do cronograma, feito por Marcílio Marques Moreira, no sentido de se voltar ao prazo original, para assim dar tempo hábil para reestruturação das empresas.

Muitas Associações reclamaram da dificuldade de diálogo com Zélia Cardoso, por dificuldades no atendimento das próprias reivindicações. Como foi o diálogo entre a ANFPC e a Ministra?

Os interlocutores mencionam dificuldades de contato com todo o Governo. Collor queria fazer a abertura a todo custo, desprezando os pleitos de extensão do prazo de redução de alíquotas e, pleito mais específico do setor, descongelamento dos preços.

Na época de Marcílio Marques Moreira, houve o reativamento das Câmaras Setoriais, onde o Governo abriu mais um canal de comunicação com o setor privado, além de outros, como o PBQP. Como foi o contato com o Governo pelas Câmaras Setoriais?

Os pleitos referiam-se à exoneração de impostos para a exportação e redução da carga tributária, porém com tentativas infrutíferas.

Houve participação na formulação da Tarifa Externa Comum, no âmbito do Mercosul ?

Quem negociou as tarifas diretamente foi a Secretaria de Comércio Exterior com suporte da ANFPC para elaboração das alíquotas. Havia reuniões no programa "Forum do Mercosul" com participações de indústrias para formulação de propostas, porém estas propostas não foram levadas a sério pelo Governo.

Os argentinos conseguiram cotas para a importação de produtos brasileiros regulamentados pelo Mercosul, devido a situação dos empresários papeleiros argentinos com indústria sem a capacitação técnica de qualidade do grau da indústria nacional.

O nível de tarifas para exportação de celulose reivindicado pela ANFPC era de 0% para a celulose, papel básico variava de 6% a 12% e produto acabado era de 20%. Estes eram os níveis propostos.

O valor das alíquotas final após as negociações ficou em 2% para celulose 47, 12% a 16% para celulose 48, e para o papel básico ficou estabelecido 12%.

Houve queima de ativos com a abertura de mercado no setor de papel e celulose?

Não. Aconteceu de empresas de menor porte terem capacidade ociosa e redução nos turnos. A queda na rentabilidade foi mais devida à queda de preços no mercado externo.

As Associações tem reclamado da atuação do Congresso no atendimento às reivindicações. Como é a relação entre a ANFPC e o Congresso?

O relacionamento com o Congresso é sadio. Na medida em que o setor gera divisas, cria emprego, exporta e tem o interesse compatível com o interesse nacional, existe a convergência de opiniões entre ele e o Congresso Nacional. Por vezes temos adequado, mudado ou ajudado a refutar projetos de lei que foram copiados por parlamentares em outros países, e que não são adequados para a realidade do setor, mas esta transição ocorre sem maiores problemas.

Maior atrito com a legislação ocorre nas reivindicações de redução de tributos, por melhor que seja nosso relacionamento.

Existem contatos regulares com parlamentares, formadores de opinião no Congresso, independentemente dos partidos ao qual estejam filiados, onde se busca expor a realidade do setor e os problemas que enfrenta.

Contatos também são feitos com os candidatos ao Governo onde se procura analisar os programas de governo e expor os pontos de vista das indústrias papeleiras. Os melhores resultados conseguidos com o Congresso não se referem a ganhos de causa específicos e sim a um conjunto de reivindicações atendido pelo Legislativo.

DADOS DA ASSOCIAÇÃO

Número de empresas que representa: 100 (90% da produção nacional)

Número de empregados da Associação: 30

Possuem escritório em Brasília? Não.

Número de viagens médio por mês de algum membro da Associação a Brasília: 3

Orçamento Anual: Entre US\$ 500,000 a US\$ 1,000.000.00

ENTIDADE: ABIQUIM

SETOR: QUÍMICO

ENTREVISTADOS:

CARLOS MARIANI BITTENCOURT

ARTHUR P. R. CANDAL

GUILHERME DUQUE E. DE MORAIS

CARGOS: PRESIDENTE

DIRETOR

DIRETOR EXECUTIVO

INTRODUÇÃO:

A indústria química, exclui-se aqui fabricantes de produtos derivados do refino de petróleo e álcool de cana ou cereais, foi uma das que teve posição mais atuante no cenário político durante os últimos anos. Apesar disso, a associação reclama que o governo não dá atenção suficiente ao setor empresarial em geral; na visão dela fala uma maior interação entre eles.

Através de sua associação, a ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química e de Produtos Derivados), ela teve papel importante em negociações sobre a abertura de mercado desde meados de 1985. Paralelamente a isso foi uma das que mais sofreu com a abertura, principalmente a indústria de química fina que não tem condições de competir com a indústria americana e europeia. Após o período de turbulência, onde significativos ajustes internos tiveram que ser feitos, é de comum acordo entre a associação que as empresas que sobraram são muito mais competitivas e preparadas para enfrentar uma economia globalizada. Contudo ainda persiste a

questão da carga tributária nacional que, de tão elevada, impede a concorrência em bases equitativas com as empresas estrangeiras pelo mercado interno.

RESUMO DA ENTREVISTA:

No início do governo Sarney eram poucas as discussões com o governo sobre a abertura de mercado. A principal preocupação da indústria química durante reuniões com o então Ministro da Fazenda Dilson Funaro era tocante a geração de caixa.

Já em 1988 e 1989 o assunto da abertura foi mais discutido durante as Câmaras Setoriais das quais a indústria química participou ativamente. No entanto as negociações com o Ministro Mailson eram mais concentradas em preços, foi conseguida então uma recuperação dos mesmos sob o argumento da sobrevivência da indústria química brasileira. Durante as Câmaras Setoriais a ABIQUIM percebeu sinais da abertura e foi atuante no sentido de abaixar a proteção dada aos produtos químicos de 40% a 60% para 35% em média. No entanto ela não achava que a mesma seria tão gritante pois para a associação o país não tinha capacidade para importar e pela natureza intervencionista que historicamente se notava no país. Foram bastante atuantes na constituinte de 1988 trabalhando com alguns deputados mas isso não deu frutos pois no final tudo foi encaminhado ao executivo.

Foi durante a campanha eleitoral de 1989 que a associação das indústrias químicas sentiu que a abertura estaria por acontecer de fato. Em reunião com Zélia Cardoso de Mello foi tema a competitividade a produtividade e a modernização da indústria nacional, porém continuava-se com a idéia de que a abertura não seria tão radical. Durante o período do "bolo

de noiva" os sinais ficaram ainda maiores e durante a abertura propriamente dita a participação da ABIQUIM foi bastante grande; foi proposta pelo governo a alíquota de importação de 8%, que foi rejeitada até que se chegou em um acordo de 15%.

Nesta época foi prometido junto com a abertura a reforma tributária como passo para a modernização, que não aconteceu e tornou a concorrência com os produtos importados bastante desleal. Nesse quadro a indústria química teve que conviver com tarifas de importação baixa de um lado e altos encargos e falta de competitividade do outro. Foram cerca de 4 anos de prejuízos acumulados agravados ainda pelo fato de que a abertura coincidiu com um momento de depressão no mercado de produtos químicos. Com a abertura de mercado a área que enfrentou mais conflitos foi a química fina.

Houve um número muito grande de falências nos setores onde a proteção alfandegária era grande, química fina e pesada, investimentos de 40 a 80 milhões tiveram que fechar. O resto das empresas químicas teve que passar por uma reestruturação interna (reengenharia) para poder sobreviver. Foi demitido cerca de 40% do efetivo que trabalhava nestas empresas e os investimentos chegaram a casa de 100% do capital, a lotação de pessoal antes e depois da era Collor e de 50%. Agora a ABIQUIM afirma que a indústria química entrou em momento de volumes e preços descendentes e as empresas que conseguiram sobreviver estão muito mais competitivas e modernizadas. Elas têm capacidade de recuperar na razão de 1,5 as perdas que tiveram nestes quatro anos.

Atualmente a indústria química passa por um aprendizado tanto para ela quanto para os clientes, agora é preciso desenvolver o hábito de negociar. No entanto este aprendizado é lento pois os clientes querem ser

tutelados. Nas palavras do presidente da ABIQUIM a indústria saiu da mediocridade pois, ao contrário dos tempos da proteção, a indústria terá perspectivas boas em momentos de economia crescendo e ruins em momentos recessivos; não haverá mais figura do estado protegendo a indústria e ela terá que aprender a se manter num regime de desregulamentação de preço e lucro.

Esse regime de desregulamentação de preço e lucro é desgastante para a associação pois ela se sente na posição de regular os preços mas este não é o papel de uma associação. Na verdade o papel das associações, especialmente da química, vai mudar, de lobista para didática; atividade cada vez mais interna.

Durante a segunda risada do Uruguai foi proposto a redução de 50% nas tarifas mundiais. A ABIQUIM não aceitou pois falta a isonomia tributária, caso ela chegue é possível.

AVALIAÇÃO DA ABERTURA:

Para a ABIQUIM a abertura foi positiva em alguns pontos mais pecou em outros . Ela foi muito abrupta e jogou as empresas de um regime de proteção para outro totalmente desregulado sem observar se as mesmas estavam prontas. Ainda existem problemas sérios como a deformação tributária e o crédito "selvagem" que existe no país. A exclusão da informática e dos bens de capital também foi uma fator bastante negativo da abertura pois o principal insumo da indústria química é o equipamento.

Os pontos positivos foram o ganho de produtividade de qualidade e de custo. Agora é possível ir ao mercado em busca de eficiência.

ENTIDADE: ABIMAQ

SETOR: MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

ENTREVISTADO: MÁRIO MUGNAINI

CARGO: DIRETOR DA ÁREA INTERNACIONAL

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE
MÁQUINAS**

No período que vai do final do Governo Sarney à início do Governo Collor, a ABIMAQ participou de órgãos como CIP, CPA e CDI ?

A participação no CIP foi certa, enquanto que a participação no CPA, como órgão balizador de competitividade naquela época de início do processo de abertura econômica, foi ativa.

Em 1988/89 o então Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega fez a reforma das tarifas aduaneiras. Esse fato sinalizou para o setor a possibilidade de uma abertura econômica como a que ocorreu no governo Collor ?

Não foi dada a devida importância. Essa reestruturação de alíquota mostrou que o nível das tarifas brasileiras é inconsistente com o nível tarifário do cenário mundial, pois países como Chile, Argentina e México já tinham suas tarifas reduzidas.

Já nessa época o valor pago pelas alíquotas de importação não era o mesmo que a lei previa, pois muitos equipamentos comprados por empresas estatais ou equipamentos especiais não sofriam taxaço. Sobre o valor bruto das importações e o total de impostos recolhidos, a tarifa média de 14%.

Atualmente, e se for adotado o mesmo critério, o nível de tarifas chega a 9% em média.

Todos acreditam, portanto, e apenas, que o nível de tarifas elevado não permaneceria vigente por muito tempo.

Houve contatos com o então candidato Fernando Collor para a discussão de pontos de seu programa modernizante de governo ?

Quanto ao programa político de Fernando Collor a ABIMAQ não chegou a participar de sua formulação por ser do âmbito estritamente político.

Porém as sinalizações do programa de mobilização não eram absolutamente claras porque nós não conhecíamos qual modelo de modernização que seria imposto. Era um período de alíquotas elevadas, e assim que começam a ser diminuídas as tarifas do setor automobilístico e passa-se a encontrar diversos produtos importados nas prateleiras dos supermercados já há um pronunciamento do BNDES sobre o novo modelo de substituição das importações e abertura econômica. Fica a dúvida sobre qual é a causa e qual é o efeito, porém o mais importante é a idéia que a política anterior de tarifas já não tinha mais espaço na situação atual, e que a ABIMAQ, se não tomasse decisões, deveria já pensar em tomar.

Em 1990, Zélia Cardoso de Mello, então Ministra da Economia, apresenta um programa de redução gradual de tarifas, num prazo de quatro anos . Qual foi a reação do setor ? Houve tentativas de se aumentar o prazo de redução ?

Quando do início das negociações da rodada Uruguai, nós tínhamos que oferecer, ou multi-laterais ou unilaterais, uma série de propostas de redução de alíquotas. A base para o cálculo das reduções era o nível de tarifas de 1986.

Em 1990, o CPA, em conjunto com o setor já havia realizado vários estudos sobre redução de tarifas. A tarifa diminuída em quatro pontos percentuais foi a tarifa negociada quando da ocasião da Rodada Uruguai.

Nós concordamos com o programa original de redução de alíquotas. No entanto, o governo posteriormente adiantou o cronograma de redução em seis meses e nesse meio tempo, já há sinalização de maior redução em virtude das negociações da Tarifa Externa Comum, para efeito de Mercosul.

Não houve discussões, logo, com a Ministra em virtude desses marcos que acabaram por atropelar qualquer iniciativa de protesto. Tivemos que consentir a modificação do prazo e a redução percentual na alíquota. A tarifa básica ficou no patamar de 20%. O compromisso do governo com negócios internacionais tornou inviável a possibilidade de recuo nas medidas de impacto interno. Tudo isso fez com que aumentasse a concorrência interna, com grande procura por associações com empresas estrangeiras com tecnologia de ponta para equipar a indústria nacional as melhores indústrias mundiais.

O maior canal de comunicação da ABIMAQ com o governo foi a Câmara Setorial ou existiram outros meios igualmente importantes ?

As Câmaras Setoriais são órgão formais, onde a não participação de entidades como a ABIMAQ é algo que beira o inadmissível. Porém os contatos com o governo também se fazem por vias diretas. Por exemplo na formulação de Política Industrial temos estreitos contato com o Ministério da Indústria e Comércio. No Ministério da Fazenda temos discussões acerca da política econômica, como por exemplo discussões sobre o Mercosul.

Os ministérios são acessados mais no que diz respeito à macropolítica enquanto órgãos como o CPA (Comissão de Política Aduaneira) são utilizados como canal de comunicação quando são discutidos detalhes, como nomenclatura dos setores, classificação e abrangência que possuíam no Mercosul.

O setor de bens de capital engloba uma série de classes. Veja o caso dos fabricantes de máquinas agrícolas, em que seus problemas estão além dos limites das discussões das Câmaras Setoriais. Esse setor tem pontos como política industrial, política de financiamento, sazonalidade e política agrícola que escapam aos contornos limitados das Câmaras Setoriais. Faz-se necessário, portanto, o diálogo multicanal.

Mesmo a participação nas Câmaras Setoriais se faz de forma múltipla, com atuações nas câmaras de bens de capital e automobilística.

O setor têxtil tem sido bastante impactado com a abertura de mercado. O setor de máquinas têxteis concretizou alguma ação política na ABIMAQ ?

A alíquota para teares a jato foi reduzida a zero ainda no Governo Sarney. No entanto não houve importação de teares a jato naquele momento. A importação só começou na época de Collor quando na área de tecido. Isso quer dizer que os setores só se modernizam quando são forçados a isso.

No início do Governo Collor o poder estava concentrado nas mãos do Ministério da Economia. Com a chegada do Mercosul parte desse poder foi deslocado para o Itamaraty. Qual foi a participação desses ministérios nas negociações ?

Os tratados do Mercosul foram negociados através de dois ministérios básicos: Relação Exteriores e Fazenda. A participação do primeiro se deu pelo controle do diálogo da metodologia da negociação e de questões diplomáticas. O Ministério da Fazenda era responsável pelo ajuste de tarifas e de todo o arcabouço técnico e econômico.

Quais eram as principais reivindicações da ABIMAQ no final do Governo Sarney e início do Governo Collor ? Houve mudanças nas reivindicações após um ou dois anos de abertura econômica ?

Dentro do plano de ação dos dois governos algumas reivindicações importantes sempre existiram, como estabilização da economia, controle de preços e política de reajustes. Com o controle da inflação e consequente aumento dos investimentos, tanto na esfera do estado como na privada, o setor passa por uma fase de franco crescimento.

Em âmbito do mercado internacional, há um consenso que as propostas e a própria legislação da Aladi terão que ser reformuladas para melhor enquadramento dos países (existe certa desarticulação na entidade devido aos problemas que alguns países enfrentam, caso dos conflitos entre Equador e Peru e instabilidade social na Venezuela, mesmo porque os acordos muito melhor formulados dentro do Mercosul forçam uma renegociação dos acordos da ALADI.

Deve-se apenas pensar também no problema da balança de pagamentos. O setor de máquinas e equipamentos de base pode vir a ser um dos maiores dentre as importações, de acordo com o movimento global dos setores em resposta as políticas de abertura econômica, correndo-se o risco de crise similar à mexicana na balança comercial e extinção das reservas.

O Congresso ajudou em alguma reivindicação importante do setor ?

Sim, o governo aprovou a medida que deixou isenta a indústria em relação ao IPI. Atualmente como nos principais países do mundo, o IPI é cobrado no consumo e não na produção. Houve sucesso também nas reivindicações quanto à disciplinização das concorrências internacionais.

Chegou a haver fechamento de fábricas e/ou queda na rentabilidade do setor em decorrência da política de abertura econômica ?

Algumas indústrias do setor de bens de capital tiveram comprometimento de sua expansão. Passaram de multi-nacionais para meros representantes comerciais dessas empresas aqui no Brasil, uma vez que era mais compensatório importar do que manter uma estrutura de fabricação instalada.

No setor de bens de capital, pode-se dizer que houve queda na rentabilidade porém em decorrência da recessão, que desestimulou, investimentos do setor privado e da esfera estatal. A recessão teve seu lado positivo na medida que revelou a ineficiência do setor, se bem que esta perda de produtividade e desaquecimento do mercado em parte foram compensados à época pelo ganho no mercado financeiro. Hoje em dia boa parte do setor já trabalha com terceirização e possui uma estrutura mais enxuta e adaptada à concorrência internacional.

Qual a avaliação que o Sr. faz do processo de abertura econômica, numa escala entre (0) - muito negativa e (6) - muito positiva ?

Nota 4, pelo que já foi esclarecido.

DADOS DA ASSOCIAÇÃO

Número de empresas que a ABIMAQ representa: 1100

Número de empregados da Associação: 100

Possuem escritório em Brasília, Recife, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis e Belo Horizonte.

Número médio de viagens por mês para contato com membros do executivo e legislativo : 12

Orçamento de Associação: Acima de US\$ 2.000.000,00